



*Apresentado  
na  
ATA  
29/12/2025*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

### Mandato 2025/2029

### ATA NÚMERO VINTE E DOIS

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob a presidência do Deputado Pedro Alexandre Morais dos Santos, Presidente da Mesa, Gracinda Fátima Fraga Carvalho Peixoto, 1.ª Secretária e Armindo António Olmo, 2.ª Secretário.

Estiveram presentes na sessão os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

Alexandrina de Jesus Salgado Areias; Ana Isabel Lourenço Dobrões; António Alfredo Teixeira Neves; Bruno Monteiro; Eduardo Manuel Correia de Carvalho; Fábio Azevedo; Fernando Francisco Teixeira de Barros Joni Micael Bento Ledo; Olívia Diogo Martins; Paulo André Branco Morgado; Sónia Maria Alves Rosa; Vítor Fábio Borges Gomes

Faltou a esta reunião o Deputado Eduardo Manuel Correia de Carvalho, tendo sido legalmente substituído pela Deputada Ana Rafaela Frutuoso.

Estiveram também presentes na sessão, os seguintes Presidentes de Junta:

Anabela Bragança dos Santos; António Alexandre Adão dos Santos; António Manuel Carrilho Aguiar; Carlos José Almeida Seixas; Domingos José Martins Borges; Fernando Augusto Silva Braz; Francisco Manuel Germano Rodrigues; Frederico Macedo



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

Teixeira; Joaquim Correia; Manuel António Prazeres Madureira; José António dos Santos Ferreira; Justino Manuel Bernardo dos Santos; Mónica Rute Moutinho. -----

----- Faltou a esta reunião o Presidente da Junta de Freguesia de Freixiel, Gilberto Vieira, tendo sido legalmente substituído pela Adjunta Sandra Gomes. -----

----- Faltou a esta reunião o Presidente da Junta de Freguesia de Seixo de Manhoses, Roberto Filipe Olmo Teixeira, tendo sido legalmente substituído pelo Adjunto Nelson Vilar.-----

----- Faltou a esta reunião o Presidente da Junta de Freguesia de Sampalo, Vítor Cassiano Queijo Pereira.

----- O Órgão Executivo esteve representado por:

----- Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, Presidente da CMVF. -----

----- Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos, Vice-Presidente da CMVF. ---

----- Michel Lima Monteiro, Vereador da CMVF. -----

----- Catarina Isabel dos Santos Almeida, Vereadora em Regime de não Permanência da CMVF. -----

----- Abílio Batista Maia Evaristo, Vereador do Partido Socialista. -----

Constatada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. -----

----- O Presidente da AM agradeceu a presença de todos, cumprimentando também quem acompanhava em direto a transmissão da AM. Seguidamente o Presidente da AM deu Posse ao Deputado Fábio Rui, dando depois a palavra ao Senhor Presidente da CMVF-----

----- O Senhor Presidente da CMVF depois, de cumprimentar todos os presentes, desejou as maiores felicidades a todos os recém-Eleitos Deputados da AM de Vila Flor, bem como aos Presidentes de Junta. Seguidamente desejou a todos umas Boas Festas, assim como um bom ano 2026. -----



*[Handwritten signature]*

----- O Presidente da AM, dando cumprimento ao primeiro ponto da Agenda de Trabalhos, informou que foram recebidos os Jornais Distritais do costume, que serão colocados na Sala da AM, onde poderão ser consultados.....

Seguidamente colocou a Ata da Tomada de Posse a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Deu conhecimento da chegada à Mesa, da parte da Bancada Acreditar, a informação de que a sua Bancada era constituída pela liderança de Paulo Morgado e como Vice-líder a Deputada Olívia Martins; seguidamente perguntou à Bancada do PS se queriam fazer chegar à Mesa também essa informação, o que aconteceu, tendo ficado como o Líder o Deputado Fernando Barros e Vice-Líder o Deputado Joni Ledo. -----

**PONTO TRÊS: Período antes da Ordem do Dia. -----**

----- O Presidente da AM abriu as inscrições, dando de seguida a palavra ao Deputado Fernando Barros. -----

----- O Deputado da AM Fernando Barros (PS), depois de cumprimentar todos os presentes e a quem acompanhava a AM nas redes sociais, leu a seguinte declaração: *"Saudamos, em primeiro lugar, todos e aproveitamos para desejar um Bom Natal e um Ano de 2026 com muita paz, saúde, e felicidades na companhia dos vossos familiares e amigos. É com sentido de responsabilidade e respeito pela Democracia Local que assumimos hoje as funções na situação de Oposição nesta AM. A Oposição não é um obstáculo ao progresso, é um dos seus pilares, a nossa presença aqui garante equilíbrio, transparência, fiscalização e, sobretudo, a defesa dos interesses da população que representamos. Vivemos num tempo em que a confiança dos Cidadãos nas Instituições está a ser duramente posta à prova; cabe-nos, portanto, reforçar essa confiança com trabalho sério, propostas concretas e sentido Democrático. Não estamos aqui para criar conflitos artificiais, mas também não estaremos aqui para ser cúmplices do que achamos estar mal, a Oposição que exercermos será firme, construtiva, vigilante e responsável, verdadeiramente todos certamente concordamos que só há Democracia quando há Oposição. Apoiamos todas as medidas que contribuem para melhorar a qualidade de vida do nosso Concelho, para fortificar os Serviços Públicos, dinamizar a Economia local, proteger o Ambiente, garantir mobilidade digna, apoiar quem mais precisa e promover*



*uma Gestão Financeira rigorosa. Estaremos, igualmente, atentos a qualquer assalto que comprometa estes objetivos, exigiremos clareza na execução do Orçamento, rigor nos Contratos Públicos, transparência na gestão dos Recursos, Planeamento Estratégico e respetivo respeito total pela legalidade; o nosso compromisso é com os Municípios, não com interesses particulares nem com conveniências Políticas, sejam elas quais forem. Ao Executivo deixamos uma mensagem clara: podem contar com a Oposição para colaborar quando as políticas forem boas para o Concelho, da nossa ótica claro, mas contem com a nossa determinação em denunciar incoerências, omissões ou decisões prejudiciais à Comunidade; o debate Democrático nunca é uma ameaça, é sempre uma força. Aos Cidadãos que confiaram em nós, estaremos sempre do vosso lado, faremos desta AM um espaço vivo, participativo, aberto às pessoas, a todas e às suas preocupações reais; a Política Local deve ser próxima, humana e eficaz. Desejo que esta nova AM seja marcada pelo respeito, pela dignidade e pelo compromisso com o bem comum, que saibamos transformar divergências em oportunidades de diálogo e desafios em soluções. Termino com uma convicção profunda: a Democracia Local só é plena quando a Oposição é respeitada e tem voz ativa, e é a essa voz que hoje damos início com coragem, transparência e também sentido de missão. Renovo, para todos os Vilaflourenses que estejam onde estiverem, votos de um bom Natal e um Feliz Ano Novo com muita saúde e êxitos; muito obrigado".* -----

----- O Deputado da AM Bruno Montelro (PS), depois de cumprimentar todos os presentes e quem acompanhava a AM nas redes sociais, desejou-lhes um Feliz Natal e umas Boas Festas. Disse que vinha à AM colocar umas questões ao atual Executivo Municipal no seu exercício e direito de participação cívica movido exclusivamente pela preocupação com a localidade dos atos administrativos e salvaguarda do Património histórico e a segurança dos Espaços Públicos e a circulação rodoviária da nossa Vila. Em primeiro lugar referiu-se à instalação dos aparelhos de ar condicionado no antigo Edifício Escolar onde, atualmente, funciona a Universidade Sénior, que se trata de um imóvel inserido numa zona histórica o que implica o cumprimento de regras específicas de proteção do Património Cultural e Arquitetónico. Nesse contexto, solicitou o esclarecimento sobre se antes da instalação desses equipamentos foi solicitada a devida autorização e emitido o parecer prévio pela Direção Regional da Cultura, conforme



previsto na Legislação aplicável às intervenções em áreas de sensibilidade Patrimonial. Acrescentou que era fundamental assegurar que essas Obras respeitem não só as necessidades funcionais do edifício, mas também a Identidade Histórica do nosso Concelho. Em segundo lugar referiu-se à rotunda recentemente construída no Centro da Vila, cuja conceção e funcionamento tem levantado preocupações a vários Múncipes, que entendem que o eixo central da rotunda poderá ser excessivamente grande, dificultando a correta circulação dos veículos, inclusive os mais longos; nesse sentido considerava que devia ser avaliada a sua redução, bem como a instalação de pilares luminosos nas entradas da rotunda de modo a orientar os condutores, a evitar erros de trajetória e reforçar a segurança rodoviária. Referiu que os veículos que saem das bombas de gasolina após o abastecimento, deveriam utilizar a rotunda para retomar o sentido pretendido, em vez de atravessarem diretamente a via, prática que contribui para o congestionamento do trânsito e poderá aumentar riscos de acidentes, bem como a passadeira que se encontra em frente às bombas que devia ser colocada mais à frente. Em terceiro lugar disse que gostaria de chamar à atenção para a empreitada da colocação do pavimento junto ao Infantário da Amendoeira, realizada há cerca de um ano, que o referido pavimento se encontrava degradado, com diversos buracos, o que levantava preocupações a nível de segurança, sobretudo tratando-se de uma zona frequentada diariamente por crianças, pais, educadores e comunidade. Acrescentou que tendo em conta que a obra era relativamente recente, perguntou se o Município já acionou ou tenciona acionar a garantia da empreitada, solicitando ao empreiteiro a reposição do pavimento nas devidas condições conforme contratualmente previsto. Terminou a sua intervenção reiterando que estas prevenções e pedidos de esclarecimentos têm como único objetivo contribuir para uma melhor gestão do espaço público, para o cumprimento da legalidade e para a melhoria da qualidade de vida dos Vilaflorenses, promovendo uma Vila mais segura, organizada e respeitadora do seu Património. -----

----- O Deputado da AM Paulo Morgado (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, deixou um cumprimento fraterno e votos de um bom Natal, de umas boas Festas e de um bom início de Ano. Seguidamente fez uma referência aos compromissos assumidos



aquando da candidatura “Acreditar” ao Órgão Executivo do Município no ano de 2021, dando-lhe os parabéns pelo seu cumprimento quase na totalidade ou até mesmo na sua totalidade; que queria fazer essa referência pois no último Mandato estava no papel de Cidadão e Múncipe expectante e desejoso de ver e sentir a mudança tão necessária para o desenvolvimento, outrora travado do nosso Concelho; que no atual Mandato, também no papel de Cidadão e Múncipe mas assumindo outras responsabilidades como Deputado, disse que continuava expectante e desejoso de continuar a ver os compromissos assumidos para este novo Mandato, que sejam cumpridos como foram no anterior, salientando cinco pontos que achava importantes trazer à primeira AM. Em primeiro lugar sublinhou a AMJ, as extraordinárias intervenções dos nossos jovens, que levantaram problemas, criaram soluções, que só ali presentes ficávamos com a consciência que existem, que *“os olhos dos mais novos veem o que os olhos dos mais velhos não conseguem ver”*. Seguidamente referiu-se à “Ação Social e Envelhecimento Ativo”, uma área que muito lhe dizia por razões pessoais, aproveitando aquela oportunidade para agradecer publicamente ao Executivo por proporcionar gratuitamente aos Vilaflourenses um envelhecimento tão digno, tão ativo e tão bem acompanhado, agradecendo também à excepcional equipa envolvida nestes programas. Outro ponto que sublinhou foi o dos “Eventos”, que muito se falava de Eventos, nas Festas, Festinhas e nos custos que elas acarretavam para o Orçamento Municipal; que na sua opinião seriam para continuar, que eram fundamentais para o que estava vertido na Atividade Municipal, ponto 38 - O Turismo. Acrescentou que quem analisou esse conseguia perceber a evolução que tinha havido no período de quatro anos, com os números a subirem ano após ano, que só com essa evolução conseguimos promover o Território, levar o nome de Vila Flor mais além, promover os nossos produtos de excelência, cativar os investimentos e trazer gente para o nosso Território de forma permanente; que muito trabalho já foi feito, que muito havia a fazer para que a promoção do nosso Território tenha efetividade lá fora, pois o caminho faz-se caminhando. Seguidamente sublinhou que o Desporto era uma área que também lhe despertava bastante interesse, pois era um amante do desporto, que praticava vários e que gostava bastante de experimentar novos desportos e atividades, e que nessa área muito havia ainda a fazer. Deixou um louvor por todo o apoio dado às Associações Desportivas e Recreativas, colocando a seguinte questão: *“mas será por aí o caminho?”*



*Sempre tive a ideia de que juntos somos mais fortes e, portanto, fica aqui uma dica de uma nova estratégia que se poderia adotar deixando de existir dois ou três bons pequenos Clubes ou Associações, passando a haver um grande Clube, Associação ou outra coisa qualquer que lhe queiram chamar para efetivamente dignificar o nome de Vila Flor e o Desporto de Vila Flor". Disse que era de opinião que Vila Flor precisava de evoluir, aderir a novas modas, a novas tendências, ajustar-se à realidade populacional existente; que fez chegar algumas ideias ao Executivo que foram debatidas com entusiasmo e com vontade de as realizar. Por último referiu-se ao PDM, dizendo que em 2014 houve uma revisão efetuada pelo Executivo Municipal anterior que apresentava grandes lacunas e imensas limitações à construção, não estando minimamente ajustado à nossa realidade Territorial e que gostaria que fosse revisto com urgência para resolver o problema da habitação em todo o concelho de Vila Flor. Terminou a sua intervenção desejando um Bom Natal e um bom ano de 2026 a todos os presentes, aos que assistiam em direto, a todos os Múncipes, e a todos os que nos têm visitado nos últimos dias.*

----- **A Deputada da AM Ana Dobrões (PS)**, depois de cumprimentar todos os presentes e quem acompanhava a AM nas redes sociais, solicitou ao Senhor Presidente da CMVF que o informasse se a fatura de água do mês de agosto foi ou não cobrada nas Freguesias afetadas pelos incêndios desse mês, pois essa medida fazia parte de um pacote que visava minimizar os prejuízos resultantes desse mesmo incêndio. Acrescentou que tem sido abordada na sua aldeia relativamente a esse assunto, e se foi cobrada que se corrija; se não foi estava tudo certo, mas que se desse uma explicação à população porque tem havido dúvidas relativamente a essa questão. Relativamente à estrada de Freixiel, perguntou, depois de instaladas as condutas, para quando a reposição do pavimento, que não estava em condições, que havia queixas e que a segurança estava ali em causa. Relativamente à Expovila, festa de que também gostava e com a qual concordava, disse que gostaria de saber o respetivo valor e se estava paga. Terminou desejando umas Santas Festas a todos. -----

----- **O Deputado da AM Fábio Azevedo (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)**, depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, assinalou a sua Tomada de Posse naquela Sessão, uma vez que não lhe foi possível estar presente no respetivo dia, reafirmando o seu total empenho e sentido de



Handwritten signature in blue ink.

responsabilidade no exercício desse Mandato como Deputado Municipal. Começou a sua intervenção felicitando o Senhor Presidente da AM, Doutor Pedro Santos, pela sua recente eleição como Vice-Presidente da Associação Nacional de Assembleias Municipais. Acrescentou que se Tratava de uma distinção de elevado relevo Institucional que muito prestigiava a AMVF e o Município, demonstrando o reconhecimento do seu trabalho a nível nacional. Endereçou, também, uma palavra de felicitação ao Senhor Presidente da CMVF, Engenheiro Pedro Lima, pelo exercício das funções de Presidente da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e Presidente da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, responsabilidades essas que representam o reconhecimento claro do seu percurso autárquico, da sua capacidade de liderança e da sua visão estratégica para o poder local e para o desenvolvimento regional; sendo Vila Flor um Município do interior, era de particular relevância e de louvar que Responsáveis Autárquicos do nosso Concelho assumam Funções em Estruturas Nacionais e Intermunicipais. Desejou que esses desafios fossem sinónimo de ainda mais conquistas e contributos para o desenvolvimento do nosso Território e para a defesa do Poder Local. Deu as boas-vindas a todos os novos Deputados Municipais, aos novos Vereadores e aos novos Presidentes de Junta, quer da sua Bancada, quer da Bancada da Oposição; que estava certo de que a diversidade, ideias e perspetivas ali apresentadas contribuiriam para um Debate Democrático mais rico e para decisões mais sólidas, que fazia votos que fosse um Mandato marcado pelo respeito Institucional, pelo diálogo construtivo e por uma participação ativa e responsável da AM, sempre com o objetivo de melhor servir Vila Flor e os seus Cidadãos. Desejou a todos Bom Natal, Boas Festas e um bom Ano Novo.-----

----- **O Deputado da AM Joni Ledo (PS)**, depois de cumprimentar todos os presentes e quem acompanhava a AM nas redes sociais, desejou um bom Mandato ao Senhor Presidente da CMVF, aos Vereadores, aos Senhores Presidentes de Junta e aos colegas Deputados, em particular ao Senhor Presidente da AM, que acredita que saberá defender a Imparcialidade desse Órgão. Saliu que era bom estar de volta após quatro anos de ausência, recordando que só nos últimos quatro anos é que não esteve na AM, que era bom estar de volta porque a AM lhe ensinou muito, quer a nível Político como a nível de Cidadania, e por isso era bom representar os Cidadãos que o orgulham



por o elegerem para estar ali presente. Deu, também, os parabéns aos Jovens que participaram na AMJ porque lhes permite perceber que o nosso futuro estava assegurado, que ele foi candidato com 18 anos, eleito com 19, que havia Jovens com 12, 13 anos com uma capacidade oratória excecional, com temas diversos, cabendo aos Deputados garantir que eles não se perdessem para a emigração, para o Litoral, que pudessem permanecer aqui, ter um emprego condigno na nossa Terra. Referiu que na sua Bancada todos gostam de Festas e Festinhas, e falando de si próprio, como se lembravam, nunca mudava quando estava numa Bancada ou noutra, que sempre defendeu a realização da Terra Flor, que agora batizaram com outro nome, que se voltasse a realizar. Acrescentou que não podia concordar é que a ExpoVila tenha um custo de cerca de quinhentos mil euros sem contar com as possíveis alterações de gastos, que era o mesmo custo que tinha a maior Cidade de Trás-os-Montes e Alto Douro na celebração dos cem anos de cidade, uma Festa que durou um mês, algo que não estava certo, por isso não era a questão das festas e festinhas, eram os valores que se gastavam. Seguidamente colocou uma questão relacionada com a Atividade Municipal, que tem 101 páginas e o Orçamento outras tantas, questionando como é que queriam que os deputados fizessem o seu trabalho condignamente se os documentos eram enviados quatro dias antes da AM, pois as pessoas trabalham, têm as suas ocupações e não era fácil lerem todos os documentos, se bem que na Atividade Municipal existem muitas imagens, o que lhes facilitava um bocadinho a leitura. Disse que queria ali recordar e que fazia mesmo questão de dizer que as AM estavam a ser transmitidas em direto graças a uma proposta feita por si, um elemento da oposição de então, permitindo-lhe assistir às respetivas reuniões a partir desse momento. Seguidamente solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que lhe dissesse qual era o saldo contabilístico do Município naquele dia. Outra questão colocada ao Sr. Presidente da Câmara teve também a ver com a transmissão em direto das reuniões de Câmara, tal com acontece com as da AM, pois tendo a AM o dever de fiscalizar a Câmara Municipal, a melhor forma de o fazer era as mesmas serem gravadas e transmitidas em direto. Recordou que a Bancada do PSD sempre defendeu essa transparência na AM, e que bom era que essa transparência também existisse na Câmara para que os Deputados Municipais pudessem fazer o seu trabalho e para que os Cidadãos de Vila Flor tivessem acesso às reuniões de Câmara, ao contrário do que acontece nas Atas, por muito boas que elas



sejam nunca dá para transmitir exatamente aquilo que se discutiu. Por fim perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se poderia indicar a razão da PJ ter estado no dia 06 de agosto, às 11h, na CMVF.

----- **A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP),** depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, referiu que *"a AMVF afirma-se hoje como um espaço político relevante, não por unanimismos confortáveis, mas pela pluralidade de pensamento que a fortalece. É nessa diversidade de ideias, posições e visões sobre o Território que a Democracia local ganha a densidade e utilidade real para as pessoas. A pluralidade não fragiliza a AM, pelo contrário, obriga ao rigor, eleva o Debate e impede que o Poder se torne acrítico ou automático. É esse encontro responsável que permite alinhar os objetivos estratégicos de Vila Flor com as necessidades reais do Concelho. O reconhecimento nacional da AM hoje espelhado na Eleição do Senhor Presidente como Vice-Presidente da ANAM, não é um acaso nem um efeito isolado, é o resultado de um percurso coletivo construído ao longo do último Mandato por Eleitos diferentes, sensibilidades políticas que dignificaram a Instituição e contribuíram para a sua credibilidade. Esse reconhecimento não ficou pelo plano simbólico. No último Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Presidente da AM e Vice-Presidente da ANAM, nessa qualidade teve uma intervenção politicamente relevante no processo de reforma da Lei das Finanças locais; os contributos apresentados foram acolhidos no Debate Técnico/Político e integram a base do futuro Projeto-Lei, demonstrando que Vila Flor não está apenas representado, está a influenciar decisões estruturantes do Poder Local a nível nacional. Estar hoje na Bancada dos vencedores traz responsabilidade acrescida: preservar este Património Institucional, garantir abertura ao contraditório e assegurar que a visibilidade conquistada se traduz em mais qualidade Democrática e melhor Governação local. A AM não é um Palco, é uma âncora Democrática e Vila Flor tem razões para exigir que assim continue"*. -----

----- **O Presidente da AM** agradeceu as palavras e felicitações do Senhor Deputado Fábio Azevedo e da Senhora Deputada Olívia Martins pela sua Eleição como Vice-Presidente da ANAM, e *"dizer-vos a vós, Vilaflorenses, meus conterrâneos, que é de facto uma honra ser reeleito Vice-Presidente da ANAM e com muita satisfação pessoal, mas*



*aquilo que mais me deu satisfação foi no panorama Nacional, onde há 308 Presidentes de AM, ter sido um Vilaflorense Transmontano, de um Concelho que a maior parte do País nem sequer sabia onde fica, e que para alguns não foi fácil; seja Braga, Coimbra, Lisboa, Porto, Oeiras, Matosinhos, Guarda, Viseu, imensos e grandes nomes sonantes deste País que não tiveram lugar, não foram eleitos e não perceblam porque é que um Deputado, um Presidente da AM de um Concelho tão pequenino, de uma zona tão recôndita segundo os olhos de quem está em Lisboa; sim, dá-nos uma satisfação muito grande enquanto Transmontanos de dizer que, efetivamente, competimos com os melhores, e portanto foi uma satisfação muito pessoal".* Sobre o Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, disse que era verdade que a sua intervenção na Lei das Finanças Locais poderia vir a ter algum impacto, que esperava que fosse relevante para bem de todos os Municípios, que a Lei que estava em causa era muito lata, muito genérica, só pretende ter mais receita para os Municípios mas de uma forma muito vaga, e aquilo que foram lá fazer foi apresentar coisas concretas que tivesse três princípios: *"o aumento da receita, aquilo que é efetivamente a redistribuição real e justa do País que é a coesão territorial; o que a coesão territorial faz tirando dos Concelhos que mais receita têm repartindo-o pelos Concelhos que menos receita têm, como é o nosso caso em Vila Flor; portanto, para além de algumas regras técnicas como o cálculo do equilíbrio Orçamental dos Municípios e da capacidade de endividamento, também demos ali os nossos contributos e isso fez com que a lei geral vá ser alterada, vai recolher estas propostas de intervenção e o que for apresentado ao Governo vai ter um bocadinho daquilo que lá levei e isso, de facto, é uma satisfação muito grande, porque para aquela sala onde estavam 308 Presidentes de Junta, 308 Presidentes de AM e 308 Presidentes de Câmara, foi alguém de Vila Flor que lá foi levar e isso era a única coisa que o satisfazia".* Seguidamente respondeu ao Senhor Deputado Joni Ledo sobre as palavras de responsabilização que lhe dirigiu, que as entendia e que se estivesse atento às AM do Mandato anterior, iria ver que havia total isenção, que tanto lhe fazia que as intervenções fossem *"daqui ou dali, o relógio tem de ter equilíbrios, mas desde que haja conteúdo as pessoas terão todas as oportunidades de as apresentar, claro que se houver intervenções tipo rotunda, dizerem sempre o mesmo e não acrescentarem, seja de um lado ou outro, cumprindo os 3,4 ou 5 minutos retirará a palavra, mas se tiver conteúdo pode vir da vossa Bancada, podem falar mais do que desta, é-me indiferente,*



quem tiver conteúdo usará este microfone, é a minha forma de estar. Quanto àquilo que refere da sua proposta, isto tem muito a ver com as interpretações; de facto, no mandato de 2015, quem propôs pela primeira vez nesta AM de Vila Flor as transmissões em direto, foi o Deputado Joni Ledo pela Bancada do Bloco de Esquerda, não foi acolhida pelo Executivo da altura; no Mandato seguinte de 2017, na Bancada do PSD por si apresentada, voltaram a trazer o tema e apresentaram, foi votado, mas também não foi acolhida pelo Executivo da altura; em 2021, curiosamente, quando este Executivo ganha e quando eu Presido a esta AM, vem da Bancada do PS, o Senhor Deputado João Valério perguntar se agora que estamos aqui se iríamos ter as transmissões em direto, e aquilo que lhe respondi de forma direta foi que baste que entre a proposta na Mesa, ponho-a à discussão e votação. Ele assim o fez, foi a discussão e votação, foi votada, demorou ali duas ou três reuniões porque foi preciso comprar os equipamentos, tratar da logística, mas ficou logo operacionalizada". Acrescentou que não aconteceu no Mandato em que a proposta foi apresentada pelo Deputado Joni Ledo porque o Executivo da altura não o quis, mas que atualmente estava a funcionar e era para se manter, a não ser que algum Deputado trouxesse essa proposta para ser anulada e fosse votada e aí depois poderíamos discutir, mas para já era para manter porque era um direito já adquirido e as AM iriam continuar a ser transmitidas em prol da possibilidade de todos poderem assistir. Sobre a proposta feita à Câmara Municipal, o Presidente da AM respondeu que não podia haver intromissão, embora a AM pudesse fazer propostas e dar sugestões. Acrescentou que na proposta apresentada havia um pormenor: as C.M têm de ter duas reuniões mensais, mas uma delas, obrigatoriamente, tem de ser privada; ora, se era privada não podia ser transmitida em direto. De seguida passou a palavra ao Senhor Presidente da CMVF. -----

----- O Senhor Presidente da CMVF, saudou a declaração feita pelo Deputado Municipal Fernando Barros, que era esse o seu espírito, que o Executivo contava com todos, incluindo com quem estava a ouvir em casa e com quem estava ali do público, para ajudar no futuro de Vila Flor. Ao Deputado Bruno Monteiro, relativamente à sua intervenção, disse que ainda bem que falava no bem-estar das pessoas, na Universidade Sénior, que era sensível a isso, mas que não tinha de se preocupar relativamente à instalação dos aparelhos do ar condicionado no edifício, pois está fora da zona de



proteção que limita 50 metros a partir de monumentos classificados e segundo a informação que tem, o monumento classificado mais próximo é exatamente o Pelourinho e que está a mais de 50 metros. Quanto à questão da rotunda, disse que aproveitava o momento para dizer que era necessária há décadas para assegurar a segurança de quem ali passa e que, infelizmente, havia registo de vários acidentes e alguns mesmo fatais. Acrescentou que foi projetada pela Associação de Municípios da Terra Quente, uma Entidade que colabora com a Câmara Municipal de Vila Flor, com Técnicos especializados na área da Segurança Rodoviária e que foi, também, colocada ao escrutínio em Reunião de Câmara no anterior Mandato. Quanto à pavimentação na Amendoeira, disse que foi uma obra que tem apresentado alguns defeitos, mas que já foi intimado o respetivo empreiteiro para fazer as devidas correções assim que o tempo permitir, talvez para final de fevereiro. Ao Deputado Paulo Morgado, que falou no Envelhecimento Ativo, disse que aproveitava para agradecer a todos aqueles que participam ativamente no seu Envelhecimento feliz em Vila Flor e também a todos os Técnicos e Técnicas que fazem parte desta Unidade Orgânica que estimula e que está presente na Vila F'liz Natal diariamente com atividades que orgulham os netos e bisnetos dessas pessoas, pois normalmente são os avós que participam nessas atividades. Relativamente à Promoção Territorial, disse que quando se fala em celebrações, em Festas, trata-se sempre de promoções Territoriais dos nossos produtos, do nosso artesanato, das nossas Associações, que bastava chegar-se à Praça da República e que encontrariam não só atividades do Município, nomeadamente o Envelhecimento Ativo, como também produtos endógenos que nos orgulham, artesanato com muita criatividade, pois temos Artesãos ali representados que estão em várias rotas territoriais, nomeadamente a Rota do Saber Fazer e que nos deve orgulhar a todos. No seu entender deviam estar todos unidos na defesa do nosso Território, dos nossos sabores, dos nossos aromas que despertam os nossos sentidos e os daqueles que nos visitam. Quanto ao Desporto, disse que tomou nota sobre novas ideias, que estavam ali para isso mesmo, e que o Vereador Michel Monteiro estava disposto a trabalhar, mas que se fizesse justiça, pois os nossos Clubes têm feito um trabalho tremendo, magnífico mesmo, que na questão de Atletas Federados Vila Flor tem mais de duzentos que nos destaca num Município de pequeno dimensão. Sublinhou que o Senhor Presidente da AM falava disso em relação à Representatividade que Vila Flor consegue alcançar no



panorama nacional e distrital, mas evidentemente que temos de fazer mais, e que a palavra-chave era “união” e que da parte do Executivo estavam dispostos a ouvir. Quanto ao PDM, referiu que, na verdade, temos um PDM bastante restritivo, que foi aprovado em 2018, mas que infelizmente são processos muito lentos, envolvem várias Organizações, vários Institutos que têm a tutela da CCDR, da APAS, do ICNF, entre outros, e que praticamente todos os PDMS da Região Norte estão em processo de revisão devido a uma imposição legal Europeia, incluindo o de Vila Flor, onde vamos tentar responder a solicitações existentes. Acrescentou que ainda há quem queira construir em Vila Flor, que se começa a notar até uma ligeira pressão na habitação e se consultarem a “Pordata” verão que Vila Flor rejuvenesceu, que tem mais crianças no Pré-Escolar e no Primeiro Ciclo, cerca de 50 no Ano letivo de 2025/2026 e que terão de responder a isso com coragem e determinação, alterando aquilo que realmente está restritivo. Referiu, também, que as aldeias do concelho de Vila Flor todas têm ARUS (Áreas de Reabilitação Urbana) à sua disposição onde os privados podem recuperar o seu Património Imobiliário, tendo em conta as necessidades de habitação. À Deputada Ana Dobrões respondeu que a fatura de água era para atenuar as marcas que ficaram dos incêndios, e que gostaria de saudar ali a CCDR e o nosso Gabinete de Agricultura que trabalhou afincadamente para conseguir reportar e relatar todos os prejuízos existentes, pois Vila Flor foi o primeiro Município do Distrito de Bragança a ter pagamentos, o que denotava trabalho do Gabinete de Agricultura, onde há dois técnicos dedicados que fizeram um trabalho excepcional. Salientou que esses danos ficam não só do ponto de vista material, mas principalmente do emocional, apelando à resiliência de todos os nossos agricultores e Investidores no Território para continuarem a acreditar e a investir porque valia a pena. Informou que já estavam também aí as Medidas de Reposição do Potencial Produtivo, que vão além dos dez mil euros iniciais, que já foram concedidos, que essa medida em Vila Flor já estava esgotada, que a fatura da água em Vila Flor é das mais pequenas a nível do País, e que as pessoas teriam de solicitar a sua isenção. Disse que ficou muito agradado pela sua preocupação sobre a estrada de Freixiel, que na realidade estava terrível, mas primeiro o transtorno e depois o efeito positivo que se espera. Deixou também ali uma saudação a todos aqueles que estiveram envolvidos desde 2015 para que a barragem fosse uma realidade, que isso denotava espírito de trabalho, de dedicação a uma Terra, que a Barragem Redonda das Olgas



beneficiou dessa determinação, que começou muito antes do atual Executivo ser eleito. Informou, também, que já tinham o procedimento concluído, que estava uma equipa diariamente a cilindrar a mesma estrada para que a circulação se faça com a maior segurança, que seja responsável, pois com brevidade iremos ter este assunto arrumado, iremos ter água a correr nos hidrantes e o retorno deste investimento. Quanto à ExpoVila, disse que se tratava de um procedimento que era público, qualquer pessoa em casa poderia consultar, nada a esconder, que a ExpoVila estava próxima de um investimento de 500 mil euros, que ali também se tratava de promoção territorial, ainda bem que todos concordavam com isso, que estavam disponíveis para ideias, para novidades a serem incluídas, desde que tenham como objetivo a defesa e a representação do nosso Território de Vila Flor, dos seus produtos, dos seus sabores, do seu artesanato, das suas Associações, da sua cultura, da sua tradição como tem sido feito, que a ExpoVila é um certame que nos devia orgulhar a todos, assim como a Vila F'eliz Natal, as Amendoeiras em Flor, as próprias Festas da Vila, porque trazem a Vila Flor muita gente e colocam o nome de Vila Flor com muita dignidade, esquecendo o tempo em que eles eram renegados ou delegados para uma cave ou para um parque de estacionamento, ao contrário da atualidade, que foram recolocados no Parque de Feiras e Exposições, onde ela devia estar, pois foi para isso que esse espaço foi criado. Seguidamente agradeceu ao Deputado Fábio Rui as suas palavras sobre a sua Eleição para a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes e para a Associação de Municípios da Terra Quente, salientando que aceitou esse desafio porque acreditava que o nosso desenvolvimento dependia do desenvolvimento daqueles que nos rodeiam, e só com um desenvolvimento integrado, só com uma estratégia determinada e determinante para todos os Concelhos que integram a Sub-Região de Trás-os-Montes, é que conseguiremos evoluir e desenvolver também a nossa Terra, por isso era essencial termos uma voz ativa. Disse associar-se à felicitação ao Presidente da AM de Vila Flor pela sua Eleição na ANAM, acreditando que a felicitação maior foi a que teve na Associação Nacional de Municípios Portugueses pela sua intervenção, pois além de ter um enquadramento perfeitamente justo, teve um sentido de futuro determinante para o futuro do nosso País, que foi a "Lei das Finanças Locais", onde o Doutor Pedro Santos foi determinante pela forma como conseguiu traduzir numa linguagem perceptível a todos quantos estavam na Sala que o escutaram atentamente. Finalizou a sua



intervenção informando a AM que emitiu um Despacho com o objetivo de parabenizar o Presidente da AMVF, aprovado na Reunião de Câmara por Unanimidade, pois *“na vida é preciso ter sentido crítico, é preciso dizer quando as coisas estão mal, mas também é grande aquele que sabe ver o contributo inestimável que um dos nossos tem a nível nacional. Muito obrigado, Doutor Pedro Santos”*. -----

----- O Presidente da AM agradeceu profundamente as palavras do Sr. Presidente da Câmara, dizendo que não tinha conhecimento desse Voto de Louvor que o deixou muito sensibilizado, agradecendo também a todos o apoio manifestado com uma salva de palmas. -----

----- O Senhor Presidente da CMVF respondeu ao Deputado Joni Ledo, dizendo que os documentos foram enviados dentro do tempo que é estipulado; ainda bem que a Atividade Municipal tem 101 páginas, que isso era muito gratificante, significava que se trabalhou muito, que tanto os Serviços do Município como os seus Colaboradores trabalharam muito, que já lá iam os tempos em que a Atividade Municipal tinha apenas duas páginas. Quanto ao saldo bancário, respondeu que o Município tem várias contas Bancárias, que não consegue com o seu telemóvel de uma forma tão simples como ele tinha referido consultar as contas bancárias, mas podia dizer-lhe que o último saldo reportado na Reunião de Câmara era de 4 milhões e dezasseis mil euros. Quanto ao que referiu sobre a visita de Autoridades Policiais à CMVF, respondeu que isso teve a ver com um procedimento Administrativo, uma recolha de elementos que vinha na sequência de uma queixa, tendo nós conhecimento disso porque pediram aos Serviços para os esclarecerem. À intervenção da Deputada Olívia Martins respondeu que só tinha de agradecer as suas palavras, que vinham na sequência do que já tinha dito anteriormente, acrescentando que esteja onde estiver a representar Vila Flor, será sempre com a Flor de Liz ao peito. -----

----- O Deputado da AM Joni Ledo (PS), referiu que ficou esclarecido relativamente ao saldo Contabilístico da Câmara, que nunca deduzisse que estava a fazer uma pergunta com qualquer intuito, com ironias ou sarcasmos. Foi apenas um pedido de esclarecimento. -----



----- O Deputado da AM Fábio Azevedo (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), salientou que ao contrário do senhor Deputado Joni Ledo, não estava desde a sua vida adulta como Deputado Municipal ou na política, ia para o seu segundo Mandato e desde que integrou e aceitou o convite para ser Deputado Municipal que ouvia falar em dinheiro da Bancada da Oposição, que o mote da Campanha Política de há quatro anos era de 3 milhões de saldo bancário; terminado o Mandato anterior e o tema era *"quanto dinheiro é que havia nas contas"*; que no início do novo Mandato o tema voltava a ser o dinheiro e qual o saldo da Câmara Municipal. Acrescentou que preocupar-se-ia se vivêssemos num Município que não tivesse preocupação pelos mais velhos, que não investisse no envelhecimento Ativo, na proximidade, aí sim, estaria preocupado; *"agora estar preocupado quando temos uma Atividade Municipal de 101 páginas e o dinheiro que temos na Conta Bancária"*? Disse confiar em quem de direito, que no final do Mandato anterior esteve ali um Técnico e disse que recomendava as Contas da CMVF em comparação com as de qualquer de outras CM, que tínhamos boas contas, saldo positivo, por isso não sabia qual era a dúvida. -----

----- A Deputada da AM Ana Dobrões (PS), ainda relativamente à célebre fatura da água de agosto, pediu ao Senhor Presidente que não desvalorizasse essa medida, por ela valorizado, porque a água era um bem essencial, um bem que faltou muitas vezes em agosto por várias razões, entendendo que as pessoas deviam ter sido esclarecidas para poderem elas decidir se queriam a isenção ou não, e esse esclarecimento não existiu. Relativamente à Expo, disse que já estava a par do valor gasto. -----

----- O Deputado da AM Paulo Morgado (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), esclareceu que a sua intervenção em relação às Festas e Festinhas não tinha a ver com as Festas e Festinhas concretamente, nem com a ExpoVila, nem com a Vila Feliz Natal, mas sim com o Turismo, com o evoluir das visitas, de promover o Território e não concretamente de uma Festa ou outra. Acrescentou que viu as AM todas em direto do último Mandato, e se virem o relatório do ROC verão que tivemos uma receita aproximada de 1,5 milhões de euros e uma despesa aproximadamente de 400 mil euros + IVA, que a sua intervenção tinha a ver com o Turismo, com a promoção que tem sido dada a Vila Flor, aos produtos, às pessoas. -----



----- A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), salientou que o Povo era soberano, que confiou neste Executivo e por isso mesmo deu-lhe a maioria.-----

----- O Deputado da AM Joni Ledo (PS), agradeceu à Deputada Olívia a sua intervenção com tanto conteúdo. Referiu que havia uma coisa que estava a ser difícil perceber na primeira AM, pois servia para fazer perguntas, não se devia levar a mal por levantar questões, que não estava a dizer que as contas da Câmara estavam uma desgraça, que podia ter tentado ir por aí, mas não foi. O povo era soberano, mas que ele também foi eleito e também era soberano para questionar a Câmara Municipal, que não levassem as coisas como um ataque, que o Senhor Presidente de Câmara respondeu coerentemente com números, e se conseguiu responder à Deputada Olívia no último mandato, também lhe conseguiu responder a si. -----

----- O Deputado da AM Fernando Barros (PS), referiu que as AM têm de ser vivas, frontais, diretas e transparentes, portanto não percebe como alguns vieram ali tentar dar algum recado, que era preciso que houvesse confronto de ideias de uma forma séria e honesta, que concordava com o Senhor presidente da AM em absoluto. Salientou que tinha duas pequenas chamadas de atenção sobre o seguinte: o Senhor Presidente da CMVF referiu, e bem, que sobre os incêndios foi constituída uma equipa para dar resposta, que foi Vila Flor um dos primeiros em que houve pessoas que receberam as indemnizações, mas queria chamar a atenção, no bom sentido, do seguinte: *“este assunto está um bocado parado, há gente que não sabe o que aconteceu aos seus processos, que ainda não teve respostas e portanto, Senhor Presidente, pedia-lhe um bocadinho mais de empenho no sentido de verem em que situação estão esses pedidos de indemnização dos incêndios porque há muita gente que não sabe o que é que aconteceu até agora”*. Sobre a intervenção da Deputada Olívia Martins que disse que o povo confiou e era soberano, disse que a Assembleia também o era e que tínhamos de encarar essas coisas com respeito e tolerância. Acrescentou que em nome da Bancada do PS já o fez na Tomada de Posse, que foi das coisas que o senhor Presidente da CMVF registou e já citou: respeito, consideração e, acima de tudo, muita lealdade, mas que agora cada um tinha o seu Clube, cada um via as coisas à sua maneira, cada um tinha a sua formação ideológica e em prol do nosso Concelho teríamos de ter Assembleias vivas,



na dedicação, no carinho, no amor pelo nosso Concelho e dar o nosso melhor, era assim que as coisas deviam ser feitas, com grande lealdade.-----

----- O Senhor Presidente da CMVF respondendo à Deputada Ana Dobrões, dizendo que a informação que tinha era é que já estava pago, que era um ato Administrativo. Quanto à reparação dos incêndios, disse que fomos, sem dúvida, o primeiro Município do Distrito de Bragança que teve pagamentos, isso reportado pela CCDR, que fomos, também, aquele que mais rapidez teve em fazer os procedimentos junto daquela entidade, mas, evidentemente, que depois chegou uma altura em que muitos outros Municípios começaram a avolumar e a enviar para lá vários pedidos, começando a ter maiores constrangimentos na fiscalização dos mesmos. Solicitou que se tivesse casos em concreto agradecia que os colocasse ali, porque assim também poderiam dar uma resposta mais direta, acompanhar e reportar ao Gabinete de Agricultura. Acrescentou que aproveitava para sublinhar que já estava aberto o período de Candidaturas para a reposição de potencial produtivo, que apelava ali a todos aqueles que se revêm nessa necessidade para se dirigirem aos Serviços o mais rápido possível. -----

----- O Presidente da AM informou que na transmissão em direto estavam cerca de 44 pessoas a assistir à AM, que passavam sempre das mil visualizações nos dias seguintes, dando também nota que a última AMJ que também foi transmitida em direto, teve mais de 600 visualizações três dias depois, portanto entendia que Vila Flor estava de parabéns relativamente a poder transmitir esses conteúdos aos nossos Cidadãos, que era, de facto, uma ferramenta espetacular. Seguidamente informou que a Lei para a Eleição do Senhor Presidente da CCDR (Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional), tinha mudado, sendo o Presidente eleito pelos Autarcas, ou seja, todos teriam de votar, sendo para isso realizada uma AM Extraordinária dia 12 de janeiro para se fazer essa Eleição, que era a primeira vez que eram chamados os Presidentes das Junta de Freguesia, os Membros da AM, os Vereadores e Senhor Presidente de Câmara para esse fim.-----

----- **PONTO QUATRO: Período da Ordem do Dia:**

----- **PONTO QUATRO PONTO UM: Regimento da Assembleia Municipal – Discussão e Deliberação** -----



----- O Presidente da AM informou que o Regimento já foi trabalhado e aprovado no Mandato anterior, no entanto tendo os atuais eleitos a responsabilidade destes quatro anos, havia a possibilidade de poder dar contributos, sugerir alterações se assim se justificar, tendo de o votar porque era o Regimento que vai reger a forma como podemos e devemos atuar nas AM. Questionou se alguém queria intervir sobre esse ponto, dando de seguida a palavra ao Deputado Fernando Barros.-----

----- O Deputado da AM Fernando Barros (PS), disse que estranhou que aparecesse uma proposta de um novo Regimento, porque era sempre um novo Regimento, e que a Bancada do PS não tivesse tido conhecimento, até diria que era uma coisa inaudita, embora pense que o que aconteceu não foi isso, mas quis deixar ali a sua estranheza, o incómodo que até provocou porque se era uma pequena alteração fruto da Lei ou de outros factos que desconhecia na sua essência, entendia que a proposta devia ter sido acompanhada de uma nota explicativa e pormenorizada, solicitando ao Presidente que lhes dissesse quais foram as alterações. Sobre a Eleição do Presidente da CCDR disse que gostaria de saber se já havia candidatos e em caso afirmativo, quantos.....

----- O Presidente da AM respondeu dizendo que achava natural a sua estranheza, que não lhe levava a mal, porque era a primeira vez que estava ali como Deputado da AM, que aquela era a primeira reunião, que era nela que se aprovava o Regimento. Acrescentou que foi enviado a todos com a devida antecedência, respeitando os cinco dias que estavam na Lei, que todos tiveram a possibilidade de poder lê-lo, que a proposta de documento, enquanto não for votado é uma proposta de Regimento, que era assim que as coisas funcionavam. Disse, ainda, que o Documento estava em discussão e se alguém quisesse falar sobre ele poderia fazê-lo, referindo que o atual Mandato iria ter esse Regimento que os Deputados receberam, que estava ali em termos de Proposta para ser discutido e votado. ....

----- O Deputado da AM Fernando Barros (PS), referiu que a questão que colocava era muito simples, sintética e direta, só gostaria de saber se o Regimento que lhes foi enviado era o mesmo "*ipsis verbis*" do anterior, se houve alguma alteração e em caso afirmativo qual foi.-----



----- O Presidente da AM referiu que o Deputado Fernando Barros foi eleito recentemente e era sobre esse Regimento que se devia pronunciar, não percebendo a sua preocupação em saber como era o anterior, acrescentando que o atual Regimento teve por base o anterior, mas que antes de preparar o documento para enviar aos Deputados teve o cuidado de o remeter ao Departamento Jurídico para ver se estava ou não atualizado, mas que na sua essência não mudou absolutamente nada. Colocou o Regimento a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com cinco abstenções.

----- O Deputado da AM Fernando Barros (PS), referiu que da explicação que o Senhor Presidente da AM deu ou não deu, resultava esse inconformismo e por isso abstiveram-se, que era lamentável, bastaria que lhes dissesse que foi fruto das alterações da Lei e votariam a favor, acrescentando que de futuro *“agradecemos-lhe sempre que confie em nós, nós também confiamos em si, sempre que haja uma alteração por muito pequena que seja, nos informe e nos dê conhecimento, é lamentável termos que tomar esta decisão de nos abstermos porque é o regimento que vamos ter que cumprir durante todo o Mandato com o qual nós começamos por nos abster porque contraria a nossa posição aqui dentro”*.-----

----- O Presidente da AM respondeu dizendo que *“as atitudes ficam com quem as toma, o senhor recebe antecipadamente um Documento que se calhar nem leu, vem aqui perguntar o que é que alterou, ora o Documento é novo, portanto o Senhor pode dizer com o que é que concorda e que não concorda, para isso é preciso lê-lo, e ler os Documentos dá trabalho, mas efetivamente aquilo que é lamentável é um Membro de uma AM não se pronunciar sobre aquilo que o rege, porque aquilo que é de livre decisão de cada um é poder dizer acho que isto não cumpre, aqui devíamos acrescentar, devíamos retirar, e o Senhor fez zero propostas, e portanto vir aqui dizer porque no fundo foi aquilo que veio aqui dizer não li, não sei, abstenho-me, e os Membros da AM não é essa a postura devem ter”*.-----

----- O Deputado da AM Joni Ledo (PS), referiu que tecer considerações sobre a forma como os Deputados exercem o seu Mandato, ele próprio também ia fazer uma, se se recorda foram chamados das últimas vezes que foram feitos os Regimentos desta AM e houve alterações com algumas propostas feitas pelo senhor Deputado e por si próprio, a questão, por exemplo, do público falar no início ou ao fim da AM, recordava-



se disso certamente, foram feitas de acordo com as Bancadas que estavam representadas na AM, que era assim que se trabalhava um Regimento, poderíamos aprovar o anterior como estava e na próxima AM, por exemplo, fazer uma Comissão como se costumava fazer, para fazer alterações se fosse necessário; disse que leu o Regimento mas a questão era: *“teria que o colocar lado a lado com outro e ver quais eram as vírgulas que alterava? É uma questão de transparência explicar se é um novo Regimento, é a questão da atitude de enviarem o Regimento já fechado quando podia ter sido feito já com alterações como sempre aconteceu”* .....

----- **O Presidente da AM** salientou que as autoestradas têm 2 sentidos, e o facto de estar a presidir à AM não o inibia de poder manifestar a sua opinião, que havia uma coisa que lhe devia dizer, que todos os Deputados foram eleitos legitimamente no mesmo Ato Eleitoral, mas pelo facto de ter de Presidir obrigava-o a ser isento, a conduzir os trabalhos, mas não o inibia de ter a sua opinião e poder fazer intervenções, e às vezes era muito importante que não perdessem essa noção. Acrescentou que aquilo que se esperava da Bancada da oposição e mais de dele que tinha mais anos de Órgão, era que dissesse *“nós entendemos que este Regimento devia ser debatido pelas Bancadas”* e até devia dizer *“propomos que não se vote este Regimento hoje e que seja constituída uma Reunião de Trabalho para que possamos dar os nossos contributos. Não o fizeram, mas mesmo não o tendo feito não foi essa a proposta que fez, ainda bem que as AM são gravadas, os Senhores não fizeram essa proposta, mas vou mais longe, apesar de já ter sido votado e estar com legitimidade para ser votado, vamos então criar uma Comissão e vai ser chamado um Membro da Vossa Bancada e um Membro desta Bancada juntamente com a Mesa para então vermos o Regimento e poder acolher propostas vossas se assim as tiverem, espero é que hajam propostas porque senão só estamos é a atrasar o Processo”*. O Presidente da AM propôs a retirada da votação e a constituição de uma Comissão composta por um Elemento de cada Bancada e mais a Mesa para fazerem essa Reunião de Trabalho. -----

----- **PONTO QUATRO PONTO DOIS: Eleição do Presidente da CCDR – Tomada de Conhecimento** -----

----- **O Presidente da AM** referiu que efetivamente a Eleição do Presidente da CCDR era feita pelos Eleitos Locais, solicitando ao Senhor Presidente da CM que caso tivesse



alguma informação adicional que quisesse transmitir sobre a Eleição do Presidente da CCDR, agradecia-lhe para se poder prosseguir. -----

----- O Senhor Presidente da CMVF reiterou o que o senhor presidente da AM referiu que a Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da CCDR tinha por base um Colégio Eleitoral que era composto pelas CM, AM e JF de toda a Região Norte, incluindo 86 Concelhos, um Colégio Eleitoral com mais de 6 mil Eleitores e cada um dos presentes era um Eleitor. Acrescentou que as Candidaturas iriam ser conhecidas a meio da semana, que iriam ser entregues até ao dia seguinte e no dia 12 de janeiro votar em quem achassem que representa melhor a Região Norte. -----

----- **PONTO QUATRO PONTO TRÊS: Eleição de dois elementos para integrarem a Assembleia Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM – TTM).** -----

----- O Presidente da AM questionou os líderes das Bancadas se havia Listas, informando seguidamente que já havia uma Proposta da Bancada do PSD em que propõe para primeiro Elemento “Pedro Alexandre Morais dos Santos” e para segundo Elemento “Paulo André Branco Morgado” e como Suplente “Olívia Amélia Diogo Martins”. Informou que só votavam os Membros da AM, que os Senhores Presidentes de Junta não tinham direito a Voto, embora pessoalmente achasse um disparate, mas era a Lei, a única votação onde estava determinado que os Senhores Presidentes de Junta não podem votar. Seguidamente entrou uma Proposta da Bancada do PS, tendo como número um “Joni Ledo”, número dois “António Neves”, como Suplente “Ana Dobrões”. Por Ordem de chegada à Mesa, a lista da Bancada do PSD foi intitulada como “Lista A” e a da Bancada do PS como “Lista B”. Pediu aos Serviços que fizessem chegar os Boletins de Voto e a Urna à Mesa para procederem à Eleição. Os Senhores Membros da AM foram chamados para exercer o Poder de Voto, resultando em quatro Votos na Lista B, dez Votos na Lista A e um Voto nulo. -----

----- **PONTO QUATRO PONTO QUATRO: Eleição de dois Presidentes de Junta e Cinco Cidadãos de reconhecida Idoneidade, a fim de integrarem o Conselho Municipal de Segurança de Vila Flor.** -----

----- O Presidente da AM solicitou inscrições.-----



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

----- O Deputado da AM Joni Ledo (PS), questionou como é que se ia proceder à Votação, se a Lista que tem mais votos elege as pessoas ou é se era por Método Proporcional. Uma vez que a Lista que tem mais Votos elege, faz uma declaração: *“Sou bem claro, de forma vergonhosa aqui estão explanados os Princípios da Democracia, uma questão destas não devia ser colocada. Existiu o bom senso de uma Bancada indicar umas pessoas e outra Bancada nomear outras, dar o exemplo da CPCJ nos últimos dois Mandatos cujas pessoas eram nomeadas por ambas as Bancadas. Sinto que as coisas estão mudadas e isso não dignifica nem louva quem lutou por uma Democracia e sente vergonha por pertencer a um Órgão tão totalitário, que tem tal desrespeito para com os Elementos Eleitos, não aceito totalitarismo, representamos 33.3% dos Deputados Eleitos diretamente. Este repúdio pela defesa da Democracia, os Deputados desta Bancada irão abandonar a AM.”* Esta Declaração de facto podia ser sua, mas esta Declaração é do Senhor Presidente da AM em 2013 quando o PSD abandonou a Sala por terem decidido esta mesma decisão, por isso em vez de estarem tão exaltados na ótica da hipocrisia, podiam regressar novamente ao mundo da Democracia”. -----

----- O Presidente da AM questionou o Senhor Deputado Joni Ledo se quando se referiu à hipocrisia queria referir-se a alguém em especial. Sublinhou que perguntava isso porque na sua intervenção inicial disse que quando fez a pergunta do dinheiro em caixa que era sempre muito direto e não vinha com insinuações, mas que estava esclarecido, pois essa foi uma frase sua em 2013. Disse que atualmente na AM todos faziam as intervenções que entendessem, até mesmo segundas, terceiras ou quartas voltas, desde que houvesse conteúdo, mas que ele no passado nunca teve essa oportunidade, o mesmo acontecendo com o Deputado Joni Ledo, que comparar a Gestão da AM de hoje com aquilo que era nos vários mandatos do PS, eram apresentadas Listas e a Lista que ganhava era a que nomeava. O Presidente da AM terminou a sua intervenção com uma perguntando feita ao Deputado Joni Ledo: *“Os Senhores têm contributos para estes Órgãos que vão ser constituídos? Então desafio-o a fazer uma intervenção a dizer “Nós para tal Órgão temos A, para tal Órgão temos B, para o tal Órgão temos C”, sejam construtivos Senhores Deputados”*. -----

----- O Deputado da AM Paulo Morgado (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), disse que se estava ali a discutir aquilo que não tinha discussão possível, que foram



eleitos, que todos sabiam perfeitamente que se puserem a cruz fora do quadrado, o que aconteceu mais que uma vez na Eleição Autárquica da União de Freguesias de Vila Flor e Nabo, o voto era nulo, se riscarmos, pusermos o nome, era nulo; se estavam a fazer uma votação para Órgãos Eleitos numa Eleição Autárquica, agora iriam dizer que esse voto não era nulo? *“Não vamos andar aqui a vir ao passado a justificar aquilo que se está a passar no presente, porque isto é uma Eleição, todos somos adultos e sabemos o que estamos a fazer, o Senhor Deputado António Neves pedia um papel, assinalava o voto correto e certo”*. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valtorno, Carlos Selxas (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes referiu, direcionado ao Deputado Joni Ledo, que *“nós já estivemos do outro lado, hoje temos Maioria, e é normal que sejamos nós a eleger as pessoas porque temos mais votantes para votar, não é vergonha nenhuma, o perder custa muito, mas temos de saber perder para ganhar. Hoje estamos aqui com a Maioria e tendes de fazer Propostas, não é virem como vêm a falar”*. -----

----- A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), salientou que estavam ali a arrastar um assunto que era um não assunto e lembrava a todos que efetivamente quem ganhou as Eleições, tanto na AM como para a CM, foi a Coligação Acreditar.-----

----- O Deputado da AM Joni Ledo (PS), referiu que quando disse que primava pela imparcialidade foi porque, felizmente, dava ali alguma sobriedade ao Debate porque explicava como era que as coisas funcionavam, que isso era bom, porque o senhor Presidente da Junta de Valtorno veio ali dizer que quem ganhou elege e que ele tinha dito que íamos abandonar a AM, ou era ele que tinha uma dificuldade intelectual e não conseguia expressar-se ou então teve dificuldade intelectual em perceber o que o senhor Deputado disse, porque efetivamente foi muito lírico, pois quando fez isso fez uma citação do Senhor Presidente da AM em 2013, quando eram da Oposição em que ele também era da Oposição e nunca foi Eleito para nada porque era da Oposição, mas não era essa a questão. Sobre a questão do senhor Presidente da AM, se tinham propostas, respondeu que disse, que tinham, mas como deviam imaginar tinham apenas dois Presidentes de Junta Eleitos e por isso não iriam estar a propor os dois para tudo e



não tinham Propostas nalguns dos lugares, mas para a 4.4 propunham: Gabriel Bragança Santos, David Pinhel e Daniel Rodrigues; para a 4.5 e 4.6 a Deputada Anabela Bragança; no 4.8 de Cidadãos para a CPCJ, Emílio Almendra e Margarete Medeiros.-----

— O Deputado da AM Fábio Azevedo (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), esclareceu que registaram a Declaração de Voto da Bancada da Oposição, mas importava repor os factos com clareza e sem ambiguidades. O Órgão Deliberativo pronunciou-se de forma Democrática, houve uma Votação e dessa Votação resultou uma Maioria clara. A lista que apresentaram foi a mais votada pelos Vilaflorenses, era a que tinha mais Deputados na AM e exerceu de forma legítima o direito que lhe assiste que era eleger em conformidade com a Maioria que os Eleitores lhe atribuíram; que a Democracia não funciona por compensação política nem por satisfação de vontades individuais, funciona por regras, por Votos e por Majorias. Acrescentou que não ter sido escolhida uma Proposta da Oposição não configura exclusão nem injustiça, configura apenas o normal funcionamento Democrático de um Órgão plural onde nem todas as Propostas podem vencer; *os Eleitores foram claros nas Urnas, a AM refletiu essa escolha, por isso o assunto estava esclarecido; houve Voto, houve Maioria, houve Decisão Legítima, seguimos em frente focados no que realmente importa, trabalhar por Via Flor e pelos Vilaflorenses e não alimentar narrativas de vitimização Política que não têm correspondência à realidade Democrática deste Órgão”*.-----

----- O Deputado da AM Fernando Barros (PS), referiu que achava que havia all um equívoco grande causado pela história do Ponto relacionado com o Regimento, que isso podia ter sido resolvido de outra forma completamente diferente, que o Senhor Presidente lhe perguntou, antes de começar a Reunião, se eles tinham Listas para todos, ao que respondeu que sim, e que estava à espera que fossem desafiados ou convidados para apresentar Listas conjuntas, o que aconteceu e como tal eles apresentaram, cumprindo, que não estavam contra ninguém nem queriam inverter as Votações, nunca o quiseram fazer. Acrescentou que já louvaram e reconheceram a Vitória que a Coligação teve nas Eleições. Relativamente à Eleição do Representante da CIM, disse que aconteceu all um equívoco, que o Senhor Presidente da AM e bem, tentou decidir de uma determinada forma, que decidiu e eles aceitaram, que esse assunto ficou resolvido, que o Voto era considerado nulo. Acrescentou que a seguir o Senhor



Presidente da AM lhes perguntou se tinham elementos para todas as Listas, que eles disseram que não tinham para todas, apenas para algumas, que era disso que estavam a falar, e se quisessem que esses assuntos não se repetissem e pudessem fazer Listas conjuntas, o Senhor Presidente poderia chamar os dois Líderes das Bancadas e iriam entender-se rapidamente e todos esses Assuntos ficavam resolvidos, que era essa a nota que queria deixar, que ninguém falava em inverter posições, situações, votações, não era isso que estava em causa.-----

----- O Presidente da AM referiu que já ouviram as partes, as opiniões, e para si as AM eram magnânimas, que aquilo que a AM decidisse era o que ficava decidido, que tinham duas posições bem distintas, e o que punha à votação era se havia consenso das Bancadas para haver Listas conjuntas ou se preferiam apresentar as Lista individualmente, que iria só deixar falar um Membro de cada Bancada em relação a isso, que ao do PS já deu a palavra, que seguidamente iria dar a Palavra a um Membro do PSD e depois, se fosse preciso, punha a votação de braço no ar.-----

----- O Deputado da AM Paulo Morgado (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), referiu que trabalharam para esse assunto e contactaram as pessoas todas, criaram Equipas de confiança, com pessoas capazes, que agora não poderiam dizer, como era óbvio, *"olha, tu já não serves porque tivemos de meter outra pessoa. A nossa Bancada mantém as Listas como estão"*.-----

----- O Presidente da AM colocou o assunto a Votação, dizendo que quem entendesse que devia ser a Lista vencedora a Eleger, que levantasse a mão, dando o resultado de vinte contra sete. Acrescentou que era a Democracia a funcionar, seguindo para a Eleição da Lista apresentada pela Bancada do PSD, procedendo de seguida à votação da Lista A, constituída pela Freguesia de Freixiel- Gilberto Milton Fonseca Vieira, Freguesia de Samões- Domingos José Martins Borges, Deputados- Paulo Morgado, Cristiano Silva Freixo, Filipe Linhares, Carla esteves dos Santos e Lídia Gomes. Concluída a Votação, o Presidente da AM colocou à consideração o seguinte: *"uma vez que já deliberou esta AM que se houver duas Listas, a Lista mais votada é quem Elege as pessoas para os Órgão e havendo só uma Lista, dispensamos a Votação em Urna e fazemos a Votação de braço no ar"*. A mesma foi aprovada por Unanimidade. -----



8  
2

----- **PONTO QUATRO CINCO: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do Concelho, a fim de integrar o Conselho Municipal de Educação de Vila Flor.** -----

O Presidente da AM referiu que entrou a Lista da Bancada do PSD com a Proposta da Freguesia de Vale Frechoso- Professor José António dos Santos Ferreira. Posta a votação, foi aprovado por Maioria, com cinco abstenções, estando Eleito o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Frechoso para o Conselho Municipal de Educação. -----

----- **PONTO QUATRO PONTO SEIS: Eleição dos Presidentes de Junta de Freguesia (até cinco) para integrar a Comissão Municipal da Defesa de Floresta do Concelho de Vila Flor.** -----

O Presidente da AM disse que entrou a Lista da Bancada do PSD com a seguinte proposta: Junta de Freguesia de Freixiel - Gilberto Vieira, União de Freguesias de Vila Flor e Nabo- Justino Santos, Freguesia de Benlhevai – Frederico Teixeira, Freguesia de Seixo de Manhoses – Roberto Teixeira e União de Freguesias Valtorno e Mourão – Carlos Seixas. Posta a votação foi aprovado por Maioria, com cinco abstenções. -----

----- **PONTO QUATRO PONTO SETE: Eleição de dois Presidentes de Junta de Freguesia (efetivo e substituto) para a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).** -----

O Presidente da AM deu conhecimento que entrou a Lista da Bancada do PSD com a seguinte proposta: União de Freguesias de Assares e Lodões – Mónica Fernandes e a União de Freguesias de Candoso e Carvalho de Egas – António Aguiar. Foi posta a votação, tendo sido aprovado por Maioria, com cinco abstenções.

----- **PONTO QUATRO PONTO OITO: Eleição dos Membros para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Vila Flor).** -----

O Presidente da AM salientou que esse Ponto não iria ser votado porque os Membros que estavam em Funções ainda não terminaram o Mandato. -----



----- **PONTO QUATRO PONTO NOVE: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia efetivo e um substituto para a representação na Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).** -----

O Presidente da AM referiu que entrou a Lista da Bancada do PSD, com a seguinte Proposta: União de Freguesias de Vila Flor e Nabo- Justino Santos e Freguesia de Seixo de Manhoses – Roberto Teixeira, tendo sido aprovada por Maioria, com seis abstenções.

----- **PONTO QUATRO PONTO DEZ: Atividade Municipal - Informação nos termos do N.º 2, da alínea C, do artigo 25º da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

O Presidente da AM questiona se alguém quer Intervir neste ponto dando de seguida a palavra ao senhor Deputado António Neves. -----

----- O Deputado da AM António Neves (PS), depois de cumprimentar todos os presentes e quem acompanhava a AM nas redes sociais, deixou votos de Boas Festas e referiu que trazia uma questão relacionada com o Plano de Mobilidade do Vale do Tua. Disse saber que foram investidos já dezassete milhões de euros, que tínhamos comboio, barco, feita a reabilitação de grande parte de alguns troços da linha, e que o Projeto continuava parado. Disse que entendiam que era um Projeto estruturante para a Região, nomeadamente para o Concelho de Vila Flor onde até teve já um investimento previsto que abandonou, e como ele haverá outros investidores que querem investir no Vale do Tua e o funcionamento do Plano de Mobilidade seria uma condição para esse investimento. Acrescentou que o que pretendiam saber era efetivamente como estava a situação da Mystic Tua, Mário Ferrelra, que sabiam por algumas notícias que ele pretendia abandonar o Projeto, que não sabiam se já o abandonou efetivamente, que também gostariam de saber o que é que estava a ser feito pelos Municípios, pela Agência, que a Declaração de Impacto Ambiental previa que o Plano de Mobilidade fosse uma realidade, portanto o que era que os Municípios estavam a fazer para que esta contrapartida seja uma realidade. Perguntou, ainda, o que é que pensava a dona da Barragem sobre o assunto do Plano de mobilidade do Vale do Tua. -----

----- O Deputado da AM Bruno Monteliro (PS), colocou ao Senhor Presidente da CMVF uma questões que considerava relevante para um o esclarecimento da AM. Em primeiro lugar, disse que gostaria de solicitar esclarecimentos relativamente ao



Processo de Eleição para a Presidência da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, no dia 12 de novembro, sendo publicada nas redes sociais oficiais do Município a informação que o Senhor Presidente teria sido reeleito Presidente da CIM, no entanto poucos dias depois foi divulgado publicamente uma notícia dando conta que a senhora Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Isabel Ferreira, tinha sido Eleita Presidente da mesma Comunidade Intermunicipal. Perante essa aparente contradição de informações, solicitou ao Senhor Presidente que esclarecesse à AM como decorreu o processo Eleitoral, qual o modelo de Eleição aplicado, se houve mais que um momento Eleitoral e quem exerce atualmente a Presidência da CIM e em que condições. Em segundo lugar disse que gostaria de colocar uma questão relacionada com a Organização Interna do Executivo Municipal, mais concretamente no que dizia respeito aos Pelouros atribuídos aos Senhores Vereadores, solicitando que o Senhor Presidente informasse a AM se houve Delegação de Competências nos Vereadores, quais os Pelouros atualmente atribuídos a cada um deles e se essa Delegação se mantém nos Termos inicialmente definidos, uma vez que essa informação é fundamental para a transparência da Ação Governativa e para o correto acompanhamento da Atividade Municipal. Por último, disse que gostaria de abordar uma publicação efetuada pelo Município no dia vinte e sete de novembro, relativa aos Sapadores Florestais, passando a citar: *"Sapadores Florestais de Vila Flor recebem novos Equipamentos. Município de Vila Flor entregou hoje novos Equipamentos às Equipas de Sapadores no âmbito da colaboração com o ICNF"*. Acrescentou que nesse contexto questionava o Senhor Presidente se esse apoio do ICNF se enquadra num Programa do âmbito Nacional do qual outros Municípios também beneficiaram, ou se resultou de uma iniciativa específica do Município de Vila Flor. Disse, também, que gostariam de saber quando era que estas Equipas de Sapadores Florestais deixavam de ter vínculos precários e passavam a integrar efetivamente os Quadros do Município, garantindo estabilidade profissional, dignidade laboral e o reconhecimento pelo trabalho fundamental que desempenham na proteção da Floresta e do Território. Disse que entendemos que essa, sim, seria uma medida estrutural e uma excelente notícia para divulgar em vez de meras promoções de Atos Administrativos, enquadrados em programas nacionais visando a transparência, o rigor da Informação pública e a defesa dos direitos dos trabalhadores e dos interesses do nosso Concelho.-----



----- **A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)**, relativamente à Atividade Municipal, disse que nos últimos quatro anos o Executivo transformou desafios em respostas concretas, fortaleceu a Ação Social, aproximou os Serviços das pessoas, garantiu estabilidade Institucional, fez uma Gestão competente, o que não significava estagnação, que aprendemos com cada desafio para construir um próximo Ciclo; que a desertificação e os baixos indicadores económicos continuavam a desafiar, que se criaram-se bases sólidas para o desenvolvimento, novos Instrumentos estarão com toda a certeza a ser preparados. O foco será a fixação da população, a criação de emprego qualificado. Acrescentou que sabiam que a Oposição levantará sempre questões sobre a Execução, prioridades e resultados, que isso era saudável, a Democracia exigia esse questionamento, mas que cada pergunta já estava antecipada e considerada, garantindo sempre respostas concretas, transparentes e mensuráveis. Acrescentou que o Concelho dispõe de capital Institucional raro, e voltava novamente a frisá-lo porque nunca era demais fazê-lo, que a presença do nosso Presidente da AM na ANAM bem como a reeleição do nosso Presidente da CMVF na CIM Terras de Trás-os-Montes não era prestígio simbólico, eram ferramentas de influência, quer Regional quer Nacional. Disse, ainda, que a captação de Projetos e Consolidação de Reconhecimento do apoio da sua Bancada ao Executivo era firme, mas exigia visão, escolhas claras e Execução. Referiu também que o Concelho não podia contentar-se com o passado, que o próximo Ciclo será de consolidação social, de viragem económica com resultados concretos, mensuráveis e transformadores. -----

----- **A Senhora Presidente da União de Freguesias de Assares e Lodões, Mónica Moutinho (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)**, depois de cumprimentar todos os presentes e quem acompanhava a AM nas redes sociais, referiu que era com a experiência de vinte e cinco anos da sua vida ao serviço dos mais velhos que, sem dúvida, reconhecia com elevado apreço e enaltecia o trabalho desenvolvido pela Unidade Orgânica de Desenvolvimento Ativo, que podia designar com toda a certeza e confiança a *“menina dos olhos do Senhor Presidente”*, cuja atuação consistente, dedicada e humanizada tem contribuído de forma inequívoca para a promoção de qualidade de vida da população mais velha; que ao longo da sua intervenção essa Unidade tem demonstrado um compromisso exemplar com os princípios do Envelhecimento Ativo



saudável e participativo, promovendo iniciativas que polarizam a autonomia, o bem-estar físico e emocional, bem como a inclusão social das pessoas idosas. A criação e o fortalecimento de laços de proximidade com a Comunidade mais velha revela uma abordagem centrada na pessoa, assente no respeito, na escuta ativa e na valorização de experiências de vida de cada participante; que era com o desenvolvimento de diversas atividades e programas que se conseguia diariamente tudo isso, como o Projeto Aproximar que promove nomeadamente atividade física, vigilância de enfermagem, acompanhamento psicológico, oficinas práticas de assuntos de interesse dos participantes, o H2O em movimento que é a participação em aulas e atividades nas piscinas cobertas, o ATL Sénior que tem sido um sucesso e uma participação em massa que mantém ativos os mais velhos do Concelho e dá movimento às suas aldeias. Disse que considerava o Radar Social na Equipa da linha da frente, pois era quem vai, quem vê, quem nota, quem sinaliza e orienta de forma mais correta quem não está devidamente informado do que existe para melhorar as condições e qualidade de vida dos mais velhos. Relativamente ao CLDS 5G, disse que era um Projeto limitado no tempo, mas que promovia o combate à pobreza, o isolamento social promovendo ações integradas de proximidade às populações mais vulneráveis, pois nem só os mais velhos eram a proximidade deste Executivo.-----

----- A Deputada da AM Sónia Alves (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes e quem acompanhava a AM nas redes sociais, referiu que não queria dar recado nenhum, mas que tem assistido nesta e em Sessões anteriores a um debate que parece muitas vezes fechado num cofre, pois fala-se de dinheiro em caixa, de saldos de gerência, de folga Orçamental e questiona-se o Senhor Presidente da CMVF a toda a hora e a todo o propósito como se a gestão do Concelho fosse apenas uma folha de Excel ou um exercício do Contabilista. Acrescentou que era certo que a saúde financeira era importante, mas não podíamos permitir que os números nos cegassem para o que realmente importava; que se falava do que sobrou ou do que estava guardado, mas esquecia-se com uma facilidade gritante o valor do que se conseguiu construir, do impacto das atividades realizadas, dos Eventos que deram vida ao Comércio, dos Apoios que permitiram às nossas Associações continuar a sua missão e das obras que embora sejam números no papel, eram soluções na vida real;

que o sucesso de um exercício anual não se media apenas pelo saldo final, mas pela riqueza Social e Cultural que gerou na nossa Comunidade, que um euro investido numa criança, num idoso ou numa Infraestrutura de proximidade, valia muito mais do que esse mesmo erro parado num banco, o que mais importava eram as pessoas; que parecia que na AM, por vezes, se esquecem que por detrás de cada rúbrica Orçamental estão pessoas; que quando se discutiam verbas se estava a falar da qualidade de vida dos vizinhos, que quando criticavam o investimento em atividades, estavam a ignorar o bem-estar e o sentimento de pertença dos Municípes. *“Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Política Municipal não é uma mera gestão de tesouraria, é a gestão de afetos, de necessidades e de futuro, o dinheiro é apenas uma ferramenta, o fim último, esse sim, são os Cidadãos deste Concelho. Não nos foquemos apenas no quanto temos, mas sim no quanto fomos capazes de fazer pela nossa gente, porque no fim do dia o que fica não é Extrato Bancário da Câmara, mas sim a diferença que fizemos na vida de cada um dos nossos Municípes”*. Terminou a sua intervenção dando os parabéns pela Eleição a ambos os Presidentes, que muito nos orgulham enquanto Municípes do Concelho. Desejou as Boas Festas a todos. -----

----- O Deputado da AM Vítor Gomes (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes e quem acompanhava a AM nas redes sociais, disse que era a sua primeira Reunião enquanto Membro da AM e sua primeira intervenção, dizendo a todos que era com muito orgulho que o fazia, que vinha ali falar de dois pontos relacionados com a Zona de Acolhimento Empresarial, primeiramente enaltecendo a adesão das Empresas e dos Empresários na Reunião/Sessão de divulgação que houve na qual também teve o prazer de estar presente, que era sinal que a obra era realmente importante para Vila Flor e que havia essa necessidade real. Seguidamente perguntou qual era o ponto da situação das Candidaturas, da ocupação dos Lotes, se havia propostas, se as mesmas estão alinhadas, se eram proporcionais ao interesse inicial dos Empresários, se havia alguma dificuldade nos Processos de Candidaturas e caso houvesse o que se podia fazer para serem ultrapassadas, para melhorar a procura das Empresas a Investirem no Concelho e fixarem-se no lugar próprio para o seu efeito.-----

----- O Deputado da AM Fábio Azevedo (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), referiu que a Atividade Municipal que apreciavam revelava um Município ativo,



presente e com um linha de atuação coerente e com uma visão clara para o futuro de Vila Flor. Disse que destacava desde os investimentos estruturantes que estavam em curso ou em fase decisiva, como a Barragem Redonda das Olgas e o Projeto Vila Flor Ecopark, que estes Projetos representavam uma aposta estratégica no desenvolvimento sustentável do Concelho, na valorização dos recursos naturais, no apoio à agricultura e na criação de novas oportunidades económicas. No que respeitava ao Turismo, disse que os dados apresentados mostravam não só uma procura crescente e diversificada, mas também apontavam desafios que o Executivo tem vindo a responder de forma planeada e consistente; que o Vila Flor Ecopark, em particular, será determinante para reforçar a atratividade do Concelho, aumentar o tempo de permanência dos visitantes e consolidar Vila Flor como um destino de Natureza, lazer e sustentabilidade; que sublinhava o forte Investimento na coesão Social e no Envelhecimento Ativo, com projetos que promovem proximidade, dignidade e qualidade de vida, combatendo o isolamento e reforçando os laços comunitários, uma prioridade essencial num Território do Interior como o nosso. Disse também que a intensa Atividade Cultural, Social e Desportiva desenvolvida ao longo desse período, demonstrava um Município vivo, que valorizava ainda a sua Identidade, dinamizava a Economia local e criava momentos de encontro e pertença para a população. Em síntese, concluiu, o Relatório demonstrava uma ação Municipal consistente e próxima das pessoas, que comprovava, também, que Vila Flor tinha rumo, projetos estruturantes, e uma estratégia bem definida para enfrentar os desafios do Interior; que da sua parte, reafirmava a confiança no trabalho desenvolvido pelo Executivo e o compromisso de continuar a contribuir naquele Órgão para a concretização desse caminho.-----

----- O Senhor Presidente da CMVF referiu que não podia deixar de iniciar a sua resposta com um louvor a quem realizava e concretiza o Relatório de Atividades Municipais, que era muito rico, tinha 101 páginas, que era elucidativo, e que dizia isso porque em cada página estava um Vilaflorense, um idoso, um jovem, uma Associação, um Artesão, um Produto Local, uma Promoção Territorial. Ao Deputado António Neves respondeu que realmente já estava feito um Investimento considerável, que já foi inaugurado várias vezes, nomeadamente em 2015, quando veio cá um antigo Ministro mas, tivemos uma sucessão de Governos nos últimos tempos que não ajudou em nada



para resolver isso, que a tutela tinha de se decidir, que tinha de autorizar a operação tal e qual como ela foi preconizada na DIA, para que a DIA se cumpra. Que a última Reunião tida foi com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, Doutor João Esteves, que tomou Posse havia pouco tempo, como todos sabiam, que meo ano era pouco tempo em política e aguardavam o seu pronúncio sobre isso, que realmente já se alongava por muito tempo e que como disse, já inaugurado várias vezes anteriormente à vigência do Executivo no selo da Agência. Ao Deputado Bruno Monteiro, relativamente à Eleição da CIM Terras de Trás-os-Montes, disse que pensava que também se iria associar ao reconhecimento que teve Vila Flor, porque não era para o seu Presidente, mas para Vila Flor, que era pela primeira vez eleito o Presidente da CMVF, o que devia orgulhar todos os Vilaflourenses, pois já no Mandato anterior aconteceu de uma forma expressiva, pois dentro de nove Municípios foi com oito votos a favor e uma abstenção, se quisesse registar, e que agora foi por Unanimidade. A Senhora Presidente da CM de Bragança e a sua Vice-Presidente nessa Direção, e dado o equilíbrio de forças que foi alcançado nessa Eleição dentro da Sub-Região, foi de bom-tom alternar a Presidência, que em dois anos Presidirá Bragança. Acrescentou que as Competências estavam devidamente delegadas de acordo com a Lei, e estavam para publicação; quanto aos Sapadores, disse que se havia carreira pela qual lutavam todos os dias era essa, que aquando da vinda do Senhor Secretário das Florestas, Doutor Rui Ladeira, ao Território para entrega de uma buldózer para capacitar ainda mais a nossa capacidade de resposta na Prevenção e Combate de Incêndios florestais, foi uma oportunidade para lutar não só por aquilo que ele tinha frisado, mas mais, muito mais, ou seja, por uma Carreira especial porque era uma função que todos admiravam pois contribuía para salvaguardar os nossos bens e, acima de tudo, as pessoas, portanto estavam juntos, que era bom ver isso, e que quanto à atribuição dos equipamentos, isso era uma Política do Governo Português, portanto havia que saudar essa iniciativa através da Secretaria de Estado das Florestas, tendo o Município de proceder à sua entrega tal e qual como foi feito e publicitar porque uma das suas obrigações é publicitar aquilo que se faz no Município. À Deputada Olívia deixou um agradecimento pelas suas palavras porque na verdade leu a Atividade Municipal e fez a devida consideração a respeito de todas as pessoas que organizam e que participam em todas essas atividades e que o fazem sempre com muito orgulho de representarem a nossa Terra, representarem Vila Flor, louvando quem participa e quem



organiza. À Deputada Mónica Moutinho, disse que era um pouco difícil falar de uma Unidade Orgânica que foi criada pelo atual Executivo no Mandato anterior, que era inovador, uma Intervenção Social que não existia em mais nenhum outro Município com esse nome, que tenha essa ação e que tenha as ferramentas, a capacidade de intervir como esta, com o CLDS, com o Radar social, com todas essas ferramentas de intervenção social essenciais para que realmente se reflita no nosso dia-a-dia, de quem é alvo dessas políticas e que reconhece isso diariamente, que bastava ir à Vila Fíliz Natal e falarem com quem participa nessas atividades, ou então irem à Universidade Sénior e perguntarem pela árvore de Natal feita em crochet, pela oliveira que ali estava e baterem palmas a essa gente que finalmente saiu do isolamento, das suas casas e abraçou esses Projetos, assim como a toda uma Equipa de Técnicos e Técnicas que se dedicam e que se empolgam com essas atividades. Acrescentou que de tudo aquilo que ela disse, retirava dois pontos, um que tinha a ver com as Piscinas Cobertas, um Equipamento Municipal também do último Mandato que ganhou vida, ganhou atividade, um investimento que tanto a nível de recursos humanos como financeiro faziam de uma forma consciente e planeada e que estava a dar frutos, estando a ter muita demanda tanto por parte dos mais pequeninos como dos mais velhinhos, que estavam mesmo a pensar em estender os horários, que era para isso que existiam os equipamentos Municipais, para serem utilizados pelas pessoas. À Deputada Sónia Alves, disse que atrás de cada número dos que estavam na Atividade Municipal, estava uma pessoa, isso é que era verdadeiramente importante, tal como disse. Disse ainda que *“quem não se sente não é filho de boa gente”*, pois se não defenderem o trabalho que estavam a fazer voltavam ao mesmo, que tinham de o fazer porque estava a dar frutos, mas quando não se estuda, quando não se conhece, fala-se de números, e atrás de cada número estava uma pessoa e era esse o foco da ação da Governação do Executivo perante os deputados e a prestar contas de uma forma clara na AM. Disse que falou também noutro investimento que também tinha o seu timbre, que era o Associativismo em Vila Flor, que estava vivo, desde o Desporto, ao Associativismo Cultural e Recreativo, aproveitando para convidar todos para a celebração do trigésimo primeiro Cantar dos Reis que terá, com certeza, uma participação que honrará e trará alegria a todos os que acolherem esse Convite; eram os números ao serviço das pessoas, em contraponto com as pessoas ao serviço dos números, que era para isso que cá estavam, com quatro



milhões de euros na conta e muito trabalho feito. Ao Deputado Vítor Gomes disse que ainda bem que falava na Zona de Acolhimento Empresarial, que louvava a sua coragem e dedicação, que a Zona de Acolhimento Empresarial era outro adiantamento que foi consecutivo ao longo de décadas em Vila Flor, que veio bastante atrasada, bastando olhar para os Concelhos limítrofes, que se desenvolvem em torno das Zonas Industriais e que atualmente se chamam “Zonas de Acolhimento Empresarial”; estando atrasada, disse que fazia sentido fazer uma divulgação de “olhos nos olhos” com potenciais empresários, pessoas que tivessem interesse, que foi feito um convite a toda a população, a todos os empresários, assim como a todos os Eleitos, estando a receber naquele momento candidaturas e podendo dizer-lhe que, segundo o seu registo, já tinham 14 candidaturas aceites, o que significava um arranque mais ou menos por metade da Zona de Acolhimento Empresarial, e se isso tivesse sido há 20 ou 30 anos, se calhar teriam passado para a frente. Ao Deputado Fábio Rui, disse que falou num tópico que poderia também encaixar quando se discutiu o Orçamento, porque era um dos principais investimentos que Vila Flor aguardava que se fizesse, pois o Parque de Campismo da sua meninice, da sua juventude, também ficou estático no tempo e essa obra precisava de ser feita para, acima de tudo, restaurar a dignidade que era necessária num espaço desses, com as preocupações ambientais, com toda a vertente turística que era necessária, mas que gostava de dizer que o Ecopark, em primeiro lugar, era para os Vilaflourenses, que ia ter uma vertente muito importante a nível de Educação, que a grande obra, para si, neste Mandato eram sempre as pessoas, que era nisso que se iam concentrar porque estavam a dar esperança a quem quisesse vir para cá e que já tiveram prova disso, bastou um Mandato para conseguirem atrair mais inscrições no Pré-Escolar e no Primeiro Ciclo, que bastou um Mandato para conseguirem, nem que fosse de forma ténue, um registo na “Pordata”, que ninguém poderia pôr em questão, que Vila Flor rejuvenesceu e que desafiava todos os que estavam a ouvir isso para verificarem do que estava exatamente a dizer.-----

----- A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), referiu, em resposta ao Senhor Presidente da CMVF, que não se preocupasse, que não iríamos voltar atrás; que a AMJ de Vila Flor, recentemente empossada, exercia um percurso coerente, de continuidade Democrática que a AM tem vindo a exercer de



8  
J

forma consciente. Disse que não se tratava de uma iniciativa isolada, mas do resultado de um trabalho Institucional assumido, que entendia a participação cívica dos Jovens como parte integrante da vida Democrática Local. Nesse sentido, importava reconhecer o papel da AM e em particular do seu Presidente, Doutor Pedro Santos, enquanto mentor de um Projeto que abre o Órgão, valoriza o envolvimento dos Jovens e reforçava a qualidade da Democracia Local. Acrescentou que a AMJ constituía um elemento relevante de formação cívica, contribuindo para a criação de Cidadãos mais esclarecidos quanto ao funcionamento da Política, mais responsáveis das suas escolhas e com uma visão mais abrangente do Concelho, do Território e do próprio país; por isso era um Projeto que devia ser valorizado, aprofundado e continuado, não como um gesto simbólico, mas como uma opção política clara em favor de uma Democracia Local mais participativa, mais consciente e mais exigente.-----

----- O Presidente da AM informou que ia usar da palavra porque, por vezes, minorizávamos coisas com alguma importância o que era injusto, porque termos o Presidente da CMVF a ser eleito pela segunda vez consecutiva como Presidente da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, não era um simples ato administrativo, e quem já exerceu funções Políticas sabia que não era fácil vermos Terras pequenas a assumir uma liderança e um protagonismo a nível Regional ou Nacional. Recordou que desde a Constituição das CIM, em 2008, teve o prazer de pertencer à respetiva Assembleia desde essa altura, que viu vários Presidentes de Câmara dos vários Concelhos, uns a vir e outros a ir e, de facto, um Concelho pequeno presidir à Comunidade Intermunicipal era algo que nos devia regozijar, porque era pelo lado do reconhecimento, não pela dimensão, não era por representar muitos Cidadãos, pois somos uma vila com pouco mais de seis mil habitantes, que tínhamos várias Cidades na Região, que era, de facto, um reconhecimento que só podia ser pessoal e que quem ganhava com isso não era somente a pessoa, mas sim o nosso Concelho. Acrescentou que tinha de dizer isso porque às vezes parecia que foi algo que aconteceu, que estava ali à mão, que não havia mais ninguém, mas que não era fácil para muitos Presidentes de Câmara aceitarem essa solução, pois todos gostariam de ser Presidente da CIM, que não tivessem dúvidas disso.-----



----- **PONTO QUATRO PONTO ONZE: Taxas de IMI a aplicar aos Prédios Urbanos do Concelho de Vila Flor nos termos do Decreto – Lei 287/2003, de 12/11 para o ano 2026.**

**- Discussão e Deliberação.** -----

----- **O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir sobre este ponto, não registando qualquer inscrição, colocou o ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por Unanimidade.**-----

----- **PONTO QUATRO PONTO DOZE: Fixação da TMDP – Taxa Municipal do Direito de Passagem para 2026. - Discussão e Deliberação.** -----

----- **O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir sobre este ponto, não registando qualquer inscrição, colocou o ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por Unanimidade.**

----- **PONTO QUATRO PONTO TREZE: Percentagem da Participação Variável no IRS e Lançamento da Derrama. - Discussão e Deliberação.** -----

----- **O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir sobre este ponto, não registando qualquer inscrição, colocou o ponto a votação tendo o mesmo sido aprovada por Unanimidade a Proposta de devolver os 5% da Taxa de IRS aos Municípios. Colocou de seguida a votação a Taxa da Derrama, a proposta da CM era também de não cobrar Derrama às Empresas do nosso Concelho, tendo sido a mesma aprovada por Unanimidade.**-----

----- **PONTO QUATRO PONTO CATORZE: Mapa de Pessoal para o ano de 2026-Discussão e Deliberação.** -----

----- **O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir sobre este ponto, não registando qualquer inscrição, colocou o ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por Maioria, com cinco abstenções.**-----

----- **PONTO QUATRO PONTO QUINZE: 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa e Orçamento da Receita e 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) 2026 - Discussão e Deliberação.** -----



45

8  
J

----- **O Presidente da AM** questionou se alguém queria intervir sobre esse ponto, dando de seguida a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barros. -----

----- **O Deputado da AM Fernando Barros (PS)**, referiu que tinha ouvido ali falar muitas vezes em dinheiro, mas que a ele nunca ouviram falar de dinheiro nos termos em que ali colocaram, mas como esse ponto tinha a ver com dinheiro e com uma redução do Orçamento, ficou com dúvidas da leitura dos documentos porque não era dada nenhuma explicação de 3,53 milhões de euros ou 3,9. Saliu que era muito dinheiro, que tinha a ver com uma redução de 36%, o queria dizer que não foi possível executar, que também compreendia, e se lhe perguntarem se não fazia reduções dessas quando era Presidente da CM, dizia que sim, que era verdade e compreendia, só lamentava dizer que gostaria que houvesse ali uma explicação mais sustentada, porque era o que acontecia para não haver maus juízos, pois era um corte substancial, que gostaria de votar a favor, mas não havia uma explicação. Acrescentou que, por outro lado, assistiam muitas vezes a comunicações a dizer que tiveram uma taxa de Eficiência de Orçamento enorme, que com essas reduções era evidente que se ia ter, que eles também faziam reduções, mas não dizíamos era a segunda parte. Disse ainda que queria uma explicação porque não foi dada uma nota de esclarecimento substancial, que eles lamentavelmente se iam abster, mas gostaríamos de futuro no próximo Orçamento votar a favor. -----

----- **O Senhor Presidente da CMVF** disse que ali a questão era objetiva, que pensava que todos acompanhavam aquilo que se vai fazendo e aquilo que realmente vai sendo bloqueado e que não se conseguia fazer, que ali havia uma questão que era de uma dimensão grande e que todos conheciam, que era a Barragem, que estivemos bloqueados com esse investimento porque houve uma contraposição do quarto classificado, mas que esperava que houvesse essa noção primária de grandes investimentos, sendo um deles a Barragem e outro o Ecopark, que irão ter cerca de 600 a 700 mil euros por mês de despesa quando se iniciar a construção verdadeira da Barragem, que até lá como ficamos bloqueados, que tinham pelo menos seis meses nessa circunstância; relativamente ao Ecopark, disse que foi uma luta de um ano e meio que evitou que essa Execução também viesse para Terreiro, mas que podiam ficar descansados porque em ambas as questões o Tribunal deu razão a Vila flor, ao



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

Município, ao Executivo e o parecer finalmente veio favorável para prosseguirem com o Ecopark.-----

----- O Presidente da AM, colocou o ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por Maioria, com seis abstenções.-----

----- PUNTO QUATRO PONTO DEZASSEIS: Documentos Previsionais para o ano de 2026- Discussão e Deliberação. -----

----- O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir sobre esse ponto, dando de seguida a palavra ao Senhor Deputado Joni Ledo. -----

----- O Deputado da AM Joni Ledo (PS), referiu que sobre esses documentos queria fazer alguns elogios, elogio da SOS Idosos, uma medida que pode ser importante para alguns idosos que têm mais dificuldade na tecnologia, pois uma coisa era premir um botão, outra era ligar para o 112. Em segundo lugar, sobre a estratégia da Ação Social e Combate à Exclusão Social, disse concordar com ela na teoria, mas que tinha dúvidas se não era somente um analgésico e que devêssemos fazer mais. Disse que era complexo reduzir a pobreza estrutural, porque o que acontecia é que com alguns apoios à população ela consegue manter-se, mas o que aconteceria se deixássemos de dar esses apoios durante três ou quatro meses? A isso chamava-se pobreza estrutural e até por ser investigador nessa área era um tema que lhe tocava bastante, que poderíamos ter isso em conta, embora saiba que não existem varinhas mágicas e que mesmo o poder da Câmara neste aspeto não era total porque cabe ao Governo Central trabalhar nesse ponto. Em terceiro lugar, disse que queria esclarecer uma questão em relação relativamente a outra proposta sua, o transporte dos doentes oncológicos, que dizia no documento que era para doentes oncológicos e crónicos. Acrescentou que seria importante que as pessoas que padecem de uma doença crónica fossem esclarecidas se têm ou não direito, seja oncológico ou não. Relativamente a esse transporte, disse não saber se será possível a Câmara Municipal fazer mais uma coisa já que são doentes oncológicos que vão receber tratamento de quimioterapia ou outros, que são muito danosos para a pessoa; outra coisa são pessoas que vão a consultas de rotina, por vezes doentes que estão a receber quimioterapia, tratamentos muito danosos, que estão vinte ou trinta minutos a fazer esse tratamento e depois estão à espera até às duas ou



três da tarde de outros doentes que vão somente a uma consulta de rotina. Disse que isso era bastante complicado para a sua saúde física e mental, assim como para as pessoas que vão a consultas de rotina, que estarem ao lado de uma pessoa que está em processo de quimioterapia também não era fácil para a pessoa que acompanha essas pessoas; disse que seria uma consideração a ter em conta, que não sabia se será possível ou não, mas seria de bom-tom tentarmos agillzar isso. Quanto ao Parque de Campismo, durante a Campanha Eleitoral foi divulgado que a APA tinha dado autorização para as respetivas obras, que o ofício foi enviado a onze de setembro e a resposta chegou cerca de vinte dias depois dentro do prazo legal. Seguidamente fez as seguintes perguntas: *“A autorização foi exatamente para quê? Porque é que essas obras não podem ser faseadas permitindo que o Parque de Campismo estivesse aberto enquanto as obras decorriam? “O espaço é bastante amplo para isso, mal estaríamos nós que quando há obras no aeroporto o aeroporto estivesse fechado até que as obras tivessem concluídas. Se o pedido foi feito apenas a onze de setembro então das duas uma, ou o parecer não dizia respeito às obras do Ecopark ou a APA não foi afinal responsável pelo atraso que tanto se falou daquelas forças de bloqueio que existiam e faziam atrasar as Obras. O Turismo sem o Parque de Campismo é coxo, então o projeto já estava aprovado e ia avançar e agora já não vai? Obras a iniciar são poucas, mas ao acumular as obras em execução ano após ano não implica riscos financeiros? Quando se propõe o Orçamento, mas depois se afirma que tudo isto pode ser verdades exceto se não for, bem sei que isto é um Orçamento, mas convém percebermos se não podem existir derrapagens. Por fim Senhor Presidente, como sabe não é contra os estrangeirismos do uso da língua Portuguesa, mas neste Orçamento só numa página contém star light; glamour; instagramavel; glamping; open space; car tent; playground; outdoor gym , parece-me que isto é muito glamour e pouca estratégia”.* -----

----- O Deputado da AM Fernando Barros (PS), referiu que relativamente ao Orçamento tinha ali uma declaração resumida, mas gostaria antes gostaria de dizer que foi decidido adjudicar a Barragem das Olgas em 29 de setembro de 2024, que fez várias perguntas nas Reuniões de Câmara sobre o estado da celebração do contrato, e teve conhecimento mais tarde que a 27 de maio de 2025 houve a tal ação contenciosa de um dos concorrentes, que passados oito meses teve de ser decidido adjudicar. Disse que aquilo que achou estranho foi o porquê de termos estado oito meses sem ninguém nos



questionar, sem ninguém nos impedir de fazer essa adjudicação e não a fizemos, perdemos oito meses. Claro que a partir daí o Executivo depois dessa ação ficou impedido, mas nos primeiros oito meses não estava impedido. Sobre outra Obra que lhe era muito cara, tal como a das Olgas, era o Alteamento da Burga e a Barragem do Cerejal, disse que questionou várias vezes sobre a realização do Projeto, que não tem Projetos de execução, e este ano, neste Mandato tem escrito 250 mil euros, que em 2023 já teve 225, em 2024 estiveram 110 mil e sempre disse que era preciso avançar, que a Câmara de Carrazeda fez isso, que já tinha o Projeto aprovado, que estava mais atrasado que o nosso, a Declaração de Impacto Ambiental ou pelo menos o Estudo do Impacto Ambiental feito e aprovado, e nós não. Disse que estranhava que para 2027 já esteja inscrita uma verba de 2,7 milhões de euros, que não acreditava que vá ser usada, achando que definitivamente era preciso fazer Projetos, não perder tempo para que depois as Obras apareçam, e Obras importantes como todos nós concordamos que são essas da Agricultura e dos Regadios, não se podia mesmo perder tempo porque já as Instituições demoravam muito tempo a dar os seus pareceres, que nós não podemos contribuir para esses atrasos, que essa era a sua preocupação. Relativamente ainda à Barragem das Olgas, disse que efetivamente a ação que impedia à Câmara realizar o Projeto foi decidida pelo Juiz, que já o poderá realizar, que havia uma alteração desse pressuposto, mas foi ordenado o levantamento definitivo do efeito suspensivo por via da colocação dessa ação, mas que aguarda sentença, ou seja, não há uma decisão final sobre isto. Disse estar convicto que houvesse e que fosse favorável, porque quando o Juiz autoriza, levanta a parte suspensiva da elaboração do Contrato, o que certamente irá acontecer, mas que havia ali razões que levavam muitas vezes a pensar que havia coisas que são proteladas e não o deviam ser, porque relativamente à substância das Obras e das Propostas estavam de acordo, a forma de o conseguir é que divergiam, como era natural, e por isso tinha ali preparado um documento que ia passar a ler sobre o Ponto quatro, ponto dezasseis: *“Certamente que todos concordam que a elaboração de uma proposta dos Documentos Previsionais e respetivo Orçamento reflete sempre as escolhas e as prioridades de cariz Político que um qualquer Executivo pretende implementar para assegurar o Desenvolvimento Socioeconómico do Concelho e o bem-estar dos seus Cidadãos, este é o propósito de todos. Após termos recebido os Documentos Previsionais fizemos a melhor apreciação que nos foi possível atendendo ao*



reduzido tempo que tivemos para trabalhar nele. Em nosso entender pareceu-nos ser uma Proposta de Orçamento para o ano de 2026 que tecnicamente está bem conseguida e respeita as regras Orçamentais estipuladas na Legislação em vigor. A AM é um Órgão de Convocação inegavelmente Política e Estratégica, a quem compete fiscalizar e acompanhar a atuação do Executivo. Da avaliação que fizemos à Proposta de Orçamento para 2026, ficámos com algumas dúvidas e reservas sobre os tais timing que falou, e o estado de maturação de algumas das propostas que estão vertidas nos documentos que nos chegaram. De uma forma resumida referimos a Proposta e omissões que registamos em seguida, verificamos haver um reduzido investimento nas Freguesias que nos preocupa, o Programa 1º Direito à habitação está muito atrasado e não ficamos esclarecidos se a estratégia local de habitação do Município vai arrancar rapidamente nas suas vertentes pública e privada, dizemos isto atendendo ao quadro Plurianual e aos Orçamentos que estão previstos para os vários anos. A proposta para reforço da reserva de água do regadio da Vilarça com financiamentos já aprovados, refere-se à Burga e ao Cerejal, é materializada no Projeto do Alçamento da Burga na construção da Barragem do Cerejal para elaboração destes Projetos de Execução e respetivos Estudos de Avaliação do Impacto Ambiental estão apenas contemplados 250 mil euros. A nós parece-nos um valor deduzido. Parece-nos, ainda, que a verba inscrita de 2,7 milhões de euros já para 2027 é totalmente irrealizável. Não obstante, não constatamos qualquer Proposta que sinalize a intenção firme do Município em adquirir Terrenos para Lotear com vista a promover a construção da habitação; em nossa opinião seria uma boa aposta com vista a evitar carências para o futuro nesta área. O Edifício denominado Encontro de Artes Graça Morais não tem prevista verbas nem uma Proposta para que sejam cumpridas as alterações para que foi concebido e executado. Continuamos a não ter qualquer indicação acerca da mudança de instalações do Tribunal Judicial de Vila Flor para as instalações da ex. Escola do ensino Básico de Vila Flor, tal como está protocolado entre o Município de Vila Flor e o Ministério da Justiça. Do conhecimento que temos acerca das Propostas para o Parque de Campismo, ficamos com a convicção que caso não seja mudada a Estratégia de Execução dessas intervenções, que vai ficar fechado por alguns anos. Em nosso entender, deve-se repensar, é urgente proceder à alteração do Planeamento e a Gestão dessas Propostas a implementar para que o Parque reabra o mais rapidamente possível, e é possível



*perfeitamente contabilizar tudo. A Requalificação do Museu Dra. Berta Cabral, também aqui não ficamos esclarecidos acerca do início dessas Obras, e porquê? Porque tem a ver com a retirada e o acondicionamento, a desinfestação, a catalogação e a preparação que precisa todo o acervo do Museu e que nada é referido sobre este assunto. Não constatamos haver uma forte intenção em investir na Pavimentação dos caminhos agrícolas e vicinais do concelho, principalmente em zonas onde a agricultura é mais intensiva e o acondicionamento dos produtos é mais exigente. Deixamos aqui também a nota que no Organograma Municipal deve voltar a existir em nossa opinião, tal como existe na maioria dos Municípios. Estas notas de apreciações e propostas devem ser entendidas e apreciadas exclusivamente com o sentido construtivo e complementar todas as outras que estão previstas para que, em nossa opinião, consigamos melhores resultados para todo o Concelho, e há boas Propostas neste Orçamento. Por estas razões já referidas, a Bancada do Partido do PS não pode aceitar ou concordar com este Orçamento, resta-nos a esperança que para o Exercício de 2026 resultem Taxas de Execução do Orçamento maiores que os anos anteriores e que os Projetos sejam acompanhados e geridos de uma forma próxima e eficiente para que se cumpram os prazos e se obtenham bons resultados para o desempenho, evolução e desenvolvimento do nosso Concelho.*-----

----- O Deputado da AM Paulo Morgado (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), referiu que constatou ser um Orçamento elaborado com base em princípios de sustentabilidade e Justiça Social, priorizando Áreas Sociais para as pessoas como a Educação, a Saúde, Turismo, Cultura, Desporto, Agricultura, Comércio, Ambiente, Infraestruturas, Segurança e Promoção do bem-estar Social. Que aquele Orçamento era, segundo a sua leitura, o resultado de um Planeamento Estratégico ao mesmo tempo que promovia investimentos em Projetos de longo prazo para garantir um futuro mais próspero e inclusivo para todos; que os Documentos Previsionais que foram apresentados para 2026, não obstante todas as condicionantes existentes e a consequente necessidade de fazer escolhas, refletem uma estratégia consistente na qualidade da vida das pessoas, com o desenvolvimento do Concelho e a sua afirmação como destino Turístico e Potência Agrícola da Região, salvaguardando, simultaneamente, todas as restantes valências de atuação e o equilíbrio das contas



públicas. Acrescentou que no seguimento do ano 2025, teremos novamente um Orçamento acima dos 20 milhões de euros, que alcançamos já vários dos desafios que foram propostos no ano de 2025, e o de 2026 será, sem dúvida, segundo esse Documento, o maior Desafio Orçamental face ao volume de Investimento previsto a realizar. Disse, ainda, que havia quem dissesse que era um Orçamento ambicioso, mas se comparado com o Orçamento dos Concelhos vizinhos da dimensão do nosso, como no caso de Carrazeda com um Orçamento de 29 milhões; de Moncorvo com 29.9 milhões, de Alfândega da Fé com 17 milhões, não via que fosse um Orçamento tão ambicioso quanto isso, quando temos obras à porta com grande envergadura e de grande dimensão. -----

----- O Deputado da AM Fábio Azevedo (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), referindo-se ainda ao Orçamento Municipal, disse que merecia ser analisado com seriedade, sentido de responsabilidade e desafiante, que garante o normal funcionamento do Município, assegura a continuidade dos Serviços Públicos e cria condições para o Desenvolvimento do Concelho; que com um volume global superior a 20 milhões de euros, era um dos maiores Orçamentos de sempre do Município de Vila Flor, o que demonstrava ambição, capacidade de planeamento e confiança no futuro; que não era um Orçamento feito de promessas irrealistas, mas sim assente na prudência Financeira, no rigor Orçamental e na sustentabilidade das Contas Municipais, ao mesmo tempo que olhava para a frente, apostando no investimento, na Coesão Territorial, na qualidade de vida das pessoas e na valorização do Concelho; que se tratava de um instrumento que refletia opções Políticas claras, mas responsável, equilibrando Investimento e gestão Corrente, Ambição e Prudência, uma resposta às necessidades imediatas e preparação do futuro; que num contexto exigente, esse Orçamento demonstrava que Vila Flor tinha capacidade para planear, executar e investir sem comprometer a estabilidade financeira do Município, um Orçamento que devia ser visto não apenas pelos números que apresenta, mas pela mensagem, pois transmitia confiança, equilíbrio e compromisso com os Vilaflourenses. Em relação ao que já foi ali dito, referiu que a inovação não era um excesso, mas uma necessidade, e que o "Vila Flor Ecopark" representava exatamente isso, ir mais além, diversificar a oferta, atrair novos públicos e projetar Vila Flor para o futuro, pois ficar parado nunca foi uma opção



*[Handwritten signature]*

para quem quer o desenvolvimento. Referiu, ainda, que iniciou as suas funções como Deputado há quatro anos, e que já viu, pelo menos, três medidas que foram pedidas pelo Senhor Deputado Joni Ledo, que não foi certamente durante o Mandato anterior porque, por isso calculava que tenha sido em mandatos anteriores, o que torna até estranho vê-lo sentado ao lado do Senhor Deputado Fernando Barros, que na altura foi quem não implementou as medidas que foram tão pedidas por si. -----

----- O Deputado da AM Joni Ledo (PS), referiu que o Senhor Deputado Fábio Azevedo devia estar mais atento, que sabe que as Atas são públicas e podia perguntar ao Senhor Presidente da AM se era verdade ou mentira aquilo que disse que foi aprovado ou não, e proposto por ele. Quanto ao sentar-se na Bancada do PS, disse que sempre esteve do lado da Oposição, ao contrário dele que foi da JS; que o Senhor presente da CMVF também se lembrava muito bem como foi o seu primeiro Mandato na AM porque estava na Bancada do PS. Saliu que quando falava em 28 anos de abandono do Parque de Campismo, o Senhor Presidente da CMVF também era responsável pelo menos por 20, porque quando aceitou ser Deputado da AM do PS, à partida significava que concordava com o que estava para trás, senão não aceitava ser Deputado Municipal dessa Bancada, por isso falar de 28 anos de abandono era um excesso. Relativamente ao Deputado Fábio Azevedo, acrescentou que existem atas que podem ser lidas, o SOS Idosos, gravação das AM e o Transporte de doentes oncológicos, essa aí ainda executada pelo PS. Acrescentou que enquanto Eleito Deputado respondia por si, que agora estava noutra Bancada e nem sequer pediu para que o colocassem como independente, porque onde estava foi porque aceitou estar, só que ele ao contrário de muitos, não trocava de lugar quando a maioria muda. -----

----- O Senhor Presidente da CMVF referiu que quanto à primeira intervenção do Deputado Joni Ledo, e antes de iniciar os esclarecimentos e as respostas, achava que devia fazer uma menção ao trabalho que estava vertido no Documento, que era um Documento bastante complexo e que estava ali presente o responsável que conseguiu fazê-lo e enviá-lo atempadamente a todos, que era o Dr. João Rei, Chefe de Divisão Financeira. Dirigindo-se a ele, disse que estava ali para responder a qualquer dúvida, mas que não houve questões técnicas, portanto estavam todos satisfeitos com a sua prestação, louvando a Administração Financeira e todas as Divisões que contribuíram



para o Orçamento que tinham ali. Sobre as questões colocadas pelo Deputado Joni Ledo, disse que achava que a única que realmente tinha alguma substância e que devia ser respondida, tinha a ver com o Transporte de doentes oncológicos e crónicos e dizer-lhe de uma forma muito simples, que *“todos têm direito, connosco todos têm direito, é um investimento no bem-estar das pessoas que passam momentos difíceis, desejo que ninguém que nos está a ouvir tenha de passar por isto, ter essa necessidade, mas se tiver, connosco tem direito, foi instituído desde 2021 e manteremos essa posição”*. Quanto ao Parque de Campismo estar aberto enquanto as obras decorrem, disse não saber há quanto tempo não teve a oportunidade de ir lá, mas para quem teve essa oportunidade sabia que seria muito difícil, quase impensável por questões de segurança que têm a ver com o Património Arbóreo, que foi sim, deixado ao abandono durante vinte e oito anos, que não houve qualquer cuidado a esse respeito, que enquanto Vereador da Oposição teve a oportunidade de verificar que a Câmara teve de pagar danos causados por quedas de ramos de árvores, que isso era público, que estava confortável para falar sobre isso, e como deviam entender a decisão era pela Segurança, pela salvaguarda das pessoas e seus bens. Quanto ao Projeto, evidentemente que a última vez que ele foi submetido foi dentro desse prazo e que atualmente as Entidades não passam os prazos porque não querem ter deferimentos tácitos, que era mais fácil indeferirem o processo por sistema, e quem quer tem que novamente submetê-lo com algumas adaptações, algumas mudanças que vão sendo litigadas para que cheguem a bom porto. Acrescentou que esse processo demorou cerca de um ano e meio para chegarmos a bom porto, mas que estávamos lá, que a comparação que podia fazer era a de que vamos mantendo as coisas, fazendo Obras de conservação e manutenção dos equipamentos. Ao Deputado Fernando Barros, relativamente à Barragem Redonda das Olgas, disse que sempre reconheceu que já vinha de 2015, o seu o seu dono, mas que continuava a dizer que a Barragem não era de ninguém em particular, que tínhamos, sim, a responsabilidade de administrar da melhor forma possível. Acrescentou que o que lhe custava era ver uma pessoa que não consegue dissociar-se das Responsabilidades que teve durante muitos anos no Município, nomeadamente desde 2013 como Presidente de Câmara, em que tudo foi adiado e agora tudo já devia estar feito. Disse repetir o que já tinha dito, que *“quem não se sente não é filho de boa gente”*, recordando que em 2013 assumiu, com muita honra, as funções de Vereador da Oposição do Deputado Fernando Barros.



Quanto ao Alteamento da Burga, disse ver ali uma dicotomia, *“querem que avance ou querem que recue? É pouco em 2026 mas em 2027 já é demais”*, que não era fácil de entender, mas primeiro era preciso fazer um Projeto para depois passarem por todos os trâmites de licenciamento, etc., e depois é que poderiam fazer a Obra, ter essa Rúbrica aberta para poderem cabimentar eventuais despesas, precavendo qualquer percalço que possa existir como já foi dito ali de uma forma muito clara e muito direta, nomeadamente o efeito suspensivo na Barragem Redonda das Olgas, que foi levantado, dando razão ao Município de Vila Flor, e o quarto classificado que foi quem protestou teve que se recatar. Acrescentou que *“querem que avance ou querem que o Tribunal mande parar outra vez? Vamos decidir e dar uma mensagem lá para casa que seja realmente uma mensagem de união em torno de Projetos Estruturantes, senão não há Projetos Estruturantes, quer dizer, fizemos mal porque não avançamos mas se tivéssemos avançado vinha e efeito suspensivo e diriam que fizemos mal em ter avançado, decidam-se, há certos tópicos que acha que não deviam sequer ser levantados, deviam ser fator de união, de defesa e desenvolvimento do Território, principalmente o Aproveitamento Hidroagrícola porque a água é fundamental para todas as culturas hoje em dia, e vemos isso com certeza, mas agora também diz, quando não sentimos na pele é diferente, quem é Agricultor sente na pele, sabe que a água é fundamental”*. Disse também, na presença dos Presidentes de Junta e de Plenários, que nunca foi investido tanto nas Freguesias como nos últimos quatro anos, mas que não devia ser ele a falar, pedindo aos Senhores Presidentes de Junta, se achassem por bem, que falassem e que dissessem se durante os últimos quatro anos tudo aquilo que foi necessário, reivindicado muitas vezes até na AM, não foi feito, cumprido. Quanto à habitação, disse perceber a questão do Senhor Deputado, a estratégia realmente mudou com o atual Executivo, achamos que se deve primeiro investir na requalificação do Património Mobiliário já existente, que havia muita habitação, mas estavam fechadas, devolutas, com necessidade de reparação, portanto o que é que este Executivo fez? De uma forma paulatina, planeada em quatro anos apenas, criaram-se as ARUS em todas as aldeias, anteriormente o que tinha sido criado era somente em Vila Flor, que investiram substancialmente para que todos tenham o mesmo direito, equidade, permitindo que os Promotores Privados possam recuperar o seu Património, que o Município deu a ferramenta, quem tiver casa pode aderir, pode beneficiar dessa



Estratégia, e o Município também vai seguir essa Estratégia que é a de requalificar, que há muitos prédios devolutos em Vila Flor que devem ser requalificados e colocados à disposição de quem precisa, nomeadamente habitação acessível para Jovens que se queiram fixar ou Jovens casais que se queiram mudar para Vila Flor, como aconteceu nos últimos quatro anos, e não criar aquela tipologia de anteriormente. Disse que também tinha falado ali no Tribunal, respondeu que sim, que foi submetido para requalificação o espaço da antiga Escola Primária nº1 para albergar o Tribunal de Vila Flor, também não foi um processo muito fácil; tivemos que, inclusivamente, contratar um Técnico de Sismologia, que esse estudo foi feito, mas que voltava a repetir que a sucessão de Governos, o passar de pastas de Secretários de Estado, de Ministros da Justiça também não ajudava nada na gestão desses processos e tornam-se morosos. Quanto ao Museu Dra. Berta Cabral, disse que também o surpreendeu por existir ali uma posição tão contundente quando, anteriormente, nada tinha sido feito, que o Museu Dra. Berta Cabral tinha realmente necessidades extremas que tentaram colmatar, que algumas delas foi na AM que foram trazidas por um Deputado que frequentava muitas vezes o Museu, um interesse verdadeiro de quem realmente participava das coisas e lançou esse desafio, e na AM seguinte já estava colmatado esse problema de climatização no Museu, que até 2021 não havia um investimento na climatização desse espaço, tanto para quem lá trabalha como para quem o visita. Seguidamente deu umas palavras de esclarecimento sobre a maioria das Câmaras terem divisões Sociais ou de Educação, dizendo que *"a maioria das Câmaras não tem a atividade, nem a intervenção Social que a nossa CM tem, não tem a nossa Unidade Orgânica de Envelhecimento Ativo e basta irmos à Vila F'liz Natal, basta irmos à Universidade Sénior falar com quem usufrui disso e perguntar-lhe se um nome mudaria aquilo que eles têm todos os dias"*. Ao Deputado Paulo Morgado disse que o Orçamento que ali estava eram os números a trabalhar para as pessoas, e os números estavam bem, que tinham no Banco quatro milhões, mas que discordava consigo quando dizia que não era ambicioso, mas que o Orçamento era muito ambicioso, que tinha a requalificação de Equipamentos Municipais que há muito não tinham manutenção, nomeadamente no Centro Cultural que era uma Obra fantástica, com uma acústica fenomenal, mas que chovia lá dentro por falta de manutenção, por falta de cuidado, que o atual Executivo não parou enquanto não conseguiu cativar uma verba de cerca de 1.7 milhões para a sua



requalificação, porque ele era útil, que não iam cortar fitas e fazer obras para Inglês ver, mas sim fazer obras que sejam úteis às pessoas, novamente os números a trabalhar para as pessoas e não as pessoas a trabalharem para os números. Salientou que o Orçamento era de 21,5 milhões de euros porque era isso que era necessário, "era governar para as pessoas, para aquelas que nos ouvem lá em casa, para as que estão a chegar para celebrar o Natal com as suas famílias e que vão ouvir os mais velhos contar as histórias das experiências que têm tido, em vez de ser o reverso, que a história estava a escrever-se em Vila Flor.-----

----- **O Presidente da AM**, colocou o Documento Previsional para o ano de 2026 a votação tendo o mesmo sido aprovado por Maioria, com cinco Votos Contra e duas Abstenções.

----- **PONTO QUATRO PONTO DEZASSETE: Proposta de Celebração do Contrato-Programa A.I.N, E.I.M, S.A - Discussão e Deliberação.** -----

----- **O Presidente da AM** questionou se alguém queria intervir sobre este ponto, dando de seguida a palavra ao senhor Deputado António Neves. -----

----- **O Deputado da AM António Neves (PS)**, referiu que relativamente ao Protocolo com a AIN, obviamente que concordavam com ele, porque entendia que aquela Estrutura tinha de funcionar, nomeadamente o MIC, a bem dos Produtores da Região, que fazia todo o sentido que o Município continuasse a apoiar aquela Estrutura, pois quando efetivamente havia problemas no matadouro do Cachão, quem sofria eram os Produtores, que tinham de fazer o abate fora da região e isso tinha custos incomportáveis, havendo, ainda, outro problema, os restantes matadouros da Região não tinham capacidade para abater os animais que eram abatidos no MIC, no Cachão, dando como exemplo o que aconteceu em 2019, quando teve de parar, chegando a emprestar as próprias viaturas aos outros matadouros para fazer a recolha das carcaças para abate, nomeadamente em Vinhais e em Bragança, portanto era de todo o interesse que aquela Estrutura continuasse a funcionar. Colocou outra questão ao Executivo, dizendo que tinha a ver com as notícias que têm vindo a público, de que Mogadouro vai construir um matadouro e que Miranda do Douro também queria construir. Perante isso, o que era que o Executivo estava a pensar fazer, sendo acionista da AIN e do MIC,



porque se efetivamente não houver investimento no nosso matadouro, ficaríamos para trás. Acrescentou que embora todos saibam que a Pecuária está em *“maus lençóis”*, que os Produtores Pecuários sofreram um decréscimo de cerca de vinte por cento essencialmente em Trás-os-Montes e fechar ou não modernizar o nosso matadouro iria criar ainda mais problemas aos Produtores Pecuários que já estavam muito mal.-----

----- O Senhor Presidente da CMVF respondeu ao Deputado António Neves, dizendo que folgava em saber que iriam ter o apoio de todos relativamente à questão do matadouro do Cachão, que sempre ouviu dizer que era uma herança pesada do Município, que era a altura de haver uma união em torno de uma estratégia definida mas que colocaria a questão precisamente ao contrário, *“nós estamos há quatro anos com as dificuldades inerentes, a tentar ter mais rigor nas contas e na gestão do matadouro com a visão que o Senhor Deputado Neves defendeu, que era evidentemente essa, na defesa do que era importante para os nossos Produtores Pecuários”*; que isso era de 1993, uma tremenda injustiça que o Governo Central fez a Vila Flor, que não se compara, em termos de tamanho, a Mirandela, que em termos de população tinha três vezes e meia mais do que Vila Flor, um Orçamento também significativamente superior ao nosso, entregando em prestações iguais aos dois Municípios. Acrescentou que isso se tem mantido com muito custo, mas que existia ali investimento, mas *“quando o Senhor Deputado diz que temos que inovar, temos que investir, mais ainda”*? *Vamos perceber bem o enquadramento externo que temos, nós não vivemos sós no mundo, Mogadouro está quase a concluir o matadouro que vai ter valências que se calhar o nosso já não tem há muitos anos; Miranda do Douro vai também construir em Sendim, portanto são duas valências que, felizmente, vão estar à disposição de toda a Atividade Pecuária e, portanto, qual é a lógica que vem aqui sugerir? É uma lógica de empenharmos o nosso Município num investimento do matadouro quando há resposta dentro do Nordeste Transmontano? Que vai sobrar porque, tal como disse, a carne está em diminuição de produção, isso é um facto, as raças autóctones estão a diminuir tal e qual como sabemos, mas o preço está em alta, portanto é possível, os Produtores Pecuários que se concentrem com uma estratégia definida, ganhar dinheiro na atividade, isso é verdade, agora vamos ter menos cabeças para abate, com mais dois matadouros na Região, vamos nós investir neste matadouro? Nós investimos neste*



*matadouro já em excesso de cem mil euros por ano. Em Fundos Europeus isso é igual a um milhão de euros de investimento com uma taxa de oitenta e cinco por cento".* Acrescentou que percebia a questão, mas era preciso dizermos o que queremos mesmo e comprometermo-nos, porque essa era outra posição em que não devia haver cisões, porque já veio de trás, mas que estavam a fazer o melhor possível para diminuir o Investimento Municipal no matadouro; em segundo lugar garantir que o Matadouro estava em atividade; em terceiro lugar preservar os Postos de Trabalho e garantir condições de trabalho a quem lá está, mas também terá de ser muito bem pensado e repensado, de pegar no Orçamento Municipal e de nos comprometermos, porque um investimento para requalificar o matadouro do cachão não era uma "tuta-e-meia", era um investimento significativo que se podia quase igualar a um Alenteamento da Barragem da Burga, por isso qual era que preferiam. Apelou à responsabilidade de quem já lá esteve, de quem a conhece e devíamos estar unidos e definir uma estratégia, que estava aberto a isso que, sem dúvida, estavam a fazer o melhor possível com conhecimento de causa. -----

**O Deputado da AM António Neves (PS)**, referiu que aquilo que queria dizer era que nós tínhamos de ver o que vamos fazer com aquela Infraestrutura, que o Presidente disse que não havia animais e que a carne estava cara, mas que estava cara precisamente porque não havia animais, dando-lhe o exemplo dos cabritos, que no Natal tinham encomendas para trezentos ou quatrocentos, e só conseguiram arranjar metade. Acrescentou que quando o Presidente disse que não ia haver carne para outro matadouro, o problema era que o MIC recorria a vários Concelhos da Terra Quente, e não estava a ver que os Produtores de Alijó, Murça, Carrazeda e Vila Flor possam ir fazer abates a Mogadouro ou a Miranda, isso teria custos enormes. -----

----- **O Presidente da AM** referiu que era um tema sensível, que ao longo dos anos os contextos foram mudando, que iam para seis os matadouros na região, que esse foi construído para uma região toda, a multiplicar por três na altura, que foi concebido e pensado onde havia mais Produtores, mais compradores e quando passaram para as Câmaras houve uma transferência enorme para matadouros privados, que a economia equilibra-se e que o preço da carne estava mais elevado porque havia menos quantidade, podendo não ser forçosamente verdade, pois em todas as épocas festivas



nunca conseguimos ter a quantidade suficiente para a procura, mas o preço tem vindo a aumentar ano após ano. Disse não saber se o caminho era alterar o Plano financeiro, que efetivamente a Região vai ter de se encontrar e que aquela Instalação tem vários problemas, pois foi construído numa altura em que a mão-de-obra era barata, que a economia veio a modificar-se, aquilo ficou ao abandono total porque hoje a maior parte das empresas não quer ir para lá, não é atrativo, o próprio matadouro tem dificuldades em manter-se e por isso os Municípios têm vindo a ter um papel não favorável a isso. Acrescentou que deve olhar-se de uma forma resolutiva e solucionar-se, mas havia ali uma injustiça Territorial, que o custo para um Município pode ser recelta, mas que apesar de estar situado no território de Mirandela, Vila Flor tem assumido uma responsabilidade para manter os postos de trabalho, de manter a atividade, de proteger os Produtores, os Comerciantes, os Consumidores e relativamente a isso estavam todos de acordo, mas era efetivamente um problema que um dia alguém terá de ter a coragem de solucionar. -----

----- **O Senhor Presidente da CMVF** referiu que a Estratégia do Executivo na respetiva gestão era, em primeiro lugar, haver uma gestão de contas que não tinha existido no passado, que desde 2021 a Administração tem vindo abertamente à AM falar sobre o Cachão, e têm sido feitas obras de relativa dimensão na manutenção e conservação, principalmente para garantir as melhores condições de trabalho. Solicitou que se aguardasse que o matadouro de Mogadouro e de Miranda abrissem, que estratégias iriam ter, que a IC5, uma obra estruturante para o nosso Território, colocou outros concelhos muito próximos, por isso vamos continuar, em primeiro lugar, a tentar ter o maior rigor possível, porque é dinheiro de Vila Flor está ali a ser investido desde 1993; em segundo lugar manter a atividade para proteger a iniciativa privada de quem ainda acredita; e em terceiro lugar a defesa dos Postos e das Condições de Trabalho.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilas Boas, Francisco Rodrigues (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)**, depois de cumprimentar todos os presentes e todos os que acompanham a AM através das redes sociais, referiu que relativamente ao efetivo Pecuário, dados do ADS Vila Flor, ADS Torre de Moncorvo e ACRIGA, no Concelho de Vila Flor havia 15 explorações de bovinos com 81 animais; dos pequenos ruminantes diminuiu o número de explorações, mas aumentou ligeiramente o efetivo.



Que a Câmara entrava com cinquenta por cento, que estava a fazer investimentos para o lado de Mirandela, que não era contra, mas que tinha a sua visão; disse aconselhar a ativar o Regulamento em termos de apoio à Agricultura no nosso Concelho, meter lá a Pecuária e se quiser apolar os Produtores Pecuários no transporte dos animais, achava melhor do que investir no matadouro. -----

----- O Presidente da AM, colocou o Contrato-Programa a votação, tendo o mesmo sido aprovado por Maioria, com uma Abstenção. -----

----- O Deputado da AM Joni Ledo (PS), referiu que já esteve ali várias vezes quando foi abordado esse tema, que a sua posição era clara e sabida e por isso abstinha-se. ---

----- PONTO QUATRO PONTO DEZOITO: Designação de Fiscal Único da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A - Discussão e Deliberação. -----

----- O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir sobre esse ponto, não se registando qualquer inscrição, colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por Unanimidade. -----

----- PONTO QUATRO PONTO DEZANOVE: Listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos durante o ano de 2025 – Tomar Conhecimento -----

----- O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir sobre esse ponto, não registando qualquer inscrição, foi dado conhecimento. -----

----- PONTO QUATRO PONTO VINTE: Reconhecimento do Estatuto de Projeto de Interesse Municipal, apresentado por Flor de Trás-os-Montes – Azeltes do Nordeste Lda. - Discussão e Deliberação. -----

----- O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir sobre esse ponto, dando de seguida a palavra à Senhora Presidente da União de Freguesias de Assares e Lodões, Mónica Moutinho. -----

----- A Senhora Presidente da União de Freguesias de Assares e Lodões, Mónica Moutinho (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), referiu que só esperava que fosse concretizável como outros Projetos que essa Empresa já fez, que ficava muito feliz, esperando que dali a algum tempo ali estivéssemos para conhecer o resto do Projeto.



*[Handwritten initials]*

----- O Presidente da AM, colocou o Ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por Unanimidade. -----

----- PONTO QUATRO PONTO VINTE E UM: Reconhecimento do Interesse Económico de Empreendimento para o Concelho, na localidade de Lodões – União de Freguesias de Assares e Lodões. - Discussão e Deliberação. -----

----- O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir sobre esse ponto, não se registando qualquer inscrição, colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por Unanimidade.-----

----- PONTO CINCO: Período de Intervenção do Público. -----

----- O Presidente da AM questionou se algum dos Municípes queria usar da palavra. Não se registando qualquer inscrição, agradeceu a presença de todos, informando que têm à saída um pequeno convívio, um miminho que era para os Membros Eleitos Locais poderem confraternizar antes de irem para as suas casas e deixar a marca da Época Natalícia. Desejou as Boas festas a todos.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da AM, deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Mesa

*[Handwritten signature of Pedro Alexandre Morais dos Santos]*  
\_\_\_\_\_  
(Pedro Alexandre Morais dos Santos)

O 1.º Secretário

*[Handwritten signature of Gracinda Fátima Fraga Carvalho Peixoto]*  
\_\_\_\_\_  
(Gracinda Fátima Fraga Carvalho Peixoto)

O 2.º Secretário

*[Handwritten signature of Armindo António Olmo]*  
\_\_\_\_\_  
(Armindo António Olmo)